PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 001, DE 12 DE MARÇO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI
COORDENADORIA DE PROTOCOLO
PROTOCOLO Nº 858
DATA. 13 MAR 2025 HORA: 12:43
Carimbo / Assinatura

Estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gurupi com base nas alterações propostas pela Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019 e dá outras providências.

A **MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI,** Estado do Tocantins, nos termos do art. 29 da Constituição Federal de 1988, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. A Lei Orgânica do Município de Gurupi passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19 – (...)

.....

§ 3º A autorização legislativa de que trata o inciso I e o § 1º deste artigo poderá ser delegada a ato do Poder Executivo quando se tratar de imóveis que atendam às finalidades relacionadas ao regime de previdência social dos servidores públicos municipais, devendo sua monetização ocorrer nos termos da normalização desse regime." (NR)

"Art. 26 – (...)

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

.....

§ 2º .....

.....

XIX - após cada quinquênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, o servidor poderá afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, não sendo o período de licença acumulável. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício." (NR)

"Art. 29 – São estáveis, após três anos de efetivo exercício do cargo ou função, os servidores municipais, nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a

indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade." (NR)

"**Art. 30** - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento." (NR)

"**Art. 37** - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores." (NR)

Art. 2º. Os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Gurupi serão aposentados com as idades mínimas previstas para os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social da União no inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019, observada a redução de idade mínima para os ocupantes de cargo de professor de que trata o § 5º do art. 40 da Constituição Federal, o tempo de contribuição e os demais requisitos e critérios estabelecidos nesta Emenda à Lei Orgânica, até que Lei complementar discipline a matéria.

Art. 3º. Até que entre em vigor lei municipal, aprovada com voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, que discipline os benefícios do RPPS, os servidores serão aposentados nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019:
I - § 1º, incisos II e III do § 2º, § 3º e § 4º do art. 10; ou
II - caput do art. 22.

Art. 4º. Na concessão de pensão por morte a dependente de segurado do RPPS falecido a partir da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica, será obedecido o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 23 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019, até que entre em vigor a lei municipal prevista no § 8º do mesmo artigo.

Parágrafo único. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal, observada as exceções dispostas no art. 24 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019.

Art. 5º. Até que entre em vigor lei municipal que disponha a respeito do cálculo e do reajustamento dos benefícios de que tratam os arts. 3º e 4º desta Emenda à Lei Orgânica, será aplicado o disposto no art. 26 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, o cálculo dos benefícios deverá considerar todas as parcelas dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições ao RPPS.

Art. 6º. Assegurado o direito de opção pelas regras previstas no art. 3º desta Emenda à Lei Orgânica, o servidor que tiver ingressado em cargo efetivo no Município antes da data de vigência

desta Emenda à Lei Orgânica, poderá aposentar-se nos termos dos seguintes dispositivos da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019:
I - caput e §§ 1º a 8º do art. 4º;
II - caput e §§ 1º a 3º do art. 20; ou
III - caput e §§ 1º a 3º do art. 21.
§ 1º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos deste artigo corresponderão:
I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 4º da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019, no caso de servidor que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, nas seguintes hipóteses:
a) inciso I do caput deste artigo, desde que observado o disposto no inciso I do § 6º do art. 4º da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019; e
b) inciso II do caput deste artigo.
II - ao valor apurado na forma do art. 26 da Emenda à Constituição Federal 103, de 2019, nas seguintes hipóteses:
a) inciso I do caput deste artigo, se não observado o disposto no inciso I do § 6º do art. 4º da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019;
b) inciso II do caput deste artigo no caso de servidor que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo após 31 de dezembro de 2003 ou que tenha feito a opção de trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal; e
c) inciso III do caput deste artigo.
§ 2º Os proventos de que trata este artigo serão reajustados:
I - de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda à Constituição Federal nº 41, de 2003, se calculados nos termos do inciso I do § 1º deste artigo; e
II - nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, se calculados na forma prevista no inciso II do § 1º deste artigo.
§ 3º O previsto no § 2º deste artigo aplica-se inclusive às aposentadorias e pensões sem direito à paridade constitucional, instituídas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gurupi até a data da vigência desta Emenda à Lei Orgânica.
§ 4º Para fins de aplicação do inciso IV do art. 20 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019, considerar-se-á como período adicional de contribuição aquele correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda à Lei Orgânica, faltaria para o servidor atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II do referido artigo.

Art. 7º. A concessão de aposentadoria ao servidor municipal amparado no RPPS e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção destes benefícios antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.
§ 1º Os proventos de aposentadoria a serem concedidos ao servidor a que se refere o caput deste artigo e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão destes benefícios.
§ 2º É assegurado o direito ao recebimento do benefício de aposentadoria mais favorável ao servidor municipal, desde que tenham sido implementados todos os requisitos para sua concessão, ou de pensão aos seus dependentes, calculada com base na aposentadoria voluntária que seria devida se estivesse aposentado à data do óbito.

Art. 8º. Até que entre em vigor a lei municipal de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição

previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória, o servidor municipal amparado no RPPS que optar por permanecer em atividade e que tenha cumprido, ou cumprir, os requisitos para aposentadoria voluntária estabelecida nos seguintes dispositivos:
I - alínea "a", inciso III, § 1º do art. 40 da Constituição Federal, na redação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 1998, antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica;
II - art. 2º, § 1º do art. 3º ou art. 6º da Emenda à Constituição Federal nº 41, de 2003, ou art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 47, de 2005, antes da data de vigência desta Emenda à Lei Orgânica;
III - arts. 4º, 10, 20, 21 e 22 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019.

Art. 9º. Até que entre em vigor lei municipal que estabeleça outro percentual de alíquota adicional, a alíquota ordinária de contribuição vigente devida pelo Município de Gurupi, inclusive de suas autarquias e de suas fundações, para o custeio do RPPS, será acrescida de seis pontos percentuais, se a atividade exercida pelo servidor ensejar a concessão de aposentadoria especial de que tratam os §§ 4º-C e 5º do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 10. Até que entre em vigor lei que altere a base de incidência da contribuição previdenciária, a alíquota de contribuição devida pelos aposentados e pensionistas de quaisquer dos Poderes do Município de Gurupi, incluídas suas entidades autárquicas e suas fundações, incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite do salário-mínimo nacional.

Art. 11. Por meio de lei, o Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas, para custeio do RPPS, nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal, observado o disposto no inciso X do § 22 do art. 40 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Na hipótese de deficit atuarial no RPPS, o Município poderá instituir, por meio de Decreto, contribuição suplementar devida pelo Município de Gurupi, inclusive do Poder Legislativo, de suas Autarquias e de suas Fundações, até o limite de duas vezes a alíquota vigente para a contribuição patronal ordinária.

Art. 12. Nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019, ficam referendadas integralmente:
I - a alteração promovida pelo art. 1º da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019, no art. 149 da Constituição Federal; e
II - a alínea "a" do inciso I e os incisos III e IV do art. 35 da Emenda à Constituição Federal nº 103, de 2019.

Art. 13. O Município poderá destinar patrimônio imobiliário e direitos ao RPPS até o montante total que corresponda seu passivo atuarial.
§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a transferência de imóveis dominicais e de uso especial, além de outros bens e direitos patrimoniais ao RPPS, inclusive mediante a entrega do bem sem alienação da propriedade, para exploração de sua utilidade econômica por meio de direito de uso, usufruto ou superfície, incluído o espaço aéreo e subterrâneo, para fins de cobertura do passivo citado no caput deste artigo, devendo entregar à Câmara Municipal de Gurupi, para fins de controle, a relação dos bens e direitos transferidos e de todos os dados envolvendo a operação.
§ 2º No caso de transferência de bens de uso especial, enquanto estes não forem desafetados, não poderão ser alienados pelo GURUPI PREV após transferência pelo Poder Executivo, podendo apenas ser utilizados para fins de geração de renda.

§ 3º No caso de transferência de bens dominicais, fica o RPPS autorizado a promover a alienação dos bens imóveis recebidos.
§ 4º O aporte de bens e direitos, nos termos deste artigo, depende da aceitação pelo GURUPI PREV do patrimônio transferido e far-se-á em caráter incondicional após a respectiva formalização, vedada ao Município qualquer reivindicação ou reversão posterior do ato de cessão, exceto a anulação por ilegalidade.
§ 5º O GURUPI PREV poderá credenciar fundos de investimento adequados, segundo a legislação vigente, objetivando a geração de renda ou monetização dos bens e direitos de que trata este artigo.
§ 6º As cotas dos fundos de investimentos estruturados com a finalidade de monetização dos bens e direitos do RPPS poderão ser integralizadas mediante a transferência direta da titularidade destes bens e direitos ao respectivo fundo.
§ 7º As despesas decorrentes da estruturação dos fundos de investimentos, de que trata este artigo, poderão ser custeadas pelo Tesouro do Município ou por recursos da Taxa de Administração do GURUPI PREV, facultado o ressarcimento futuro pelos próprios fundos de investimentos.
§ 8º O GURUPI PREV, conjuntamente com o Comitê de Investimento, encaminhará relatórios trimestrais ao Conselho Deliberativo sobre o desempenho dos fundos de que trata este artigo.
§ 9º Os imóveis de uso especial aportados ao RPPS, nos termos do § 2º deste artigo que não tenham sido desafetados, poderão ser transferidos para Fundo Especial de Natureza Pública, administrado pelo GURUPI PREV, podendo este contratar instituição especializada para a gestão do patrimônio recebido, aplicando-se, no que couber, o disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo.
§ 10. Fica autorizada a Prefeitura do Município de Gurupi, por meio de seus órgãos, a locar os imóveis, para seu uso, que tenham sido objeto de transferência para o GURUPI PREV.
§ 11. O valor mensal das contrapartidas de que trata o § 10 deste artigo, que poderá incluir pagamento por serviços de manutenção predial e outros serviços não finalísticos do órgão locatário, deverá ser baseado em percentual do valor de avaliação dos respectivos imóveis no ano de início da locação, nos termos de regulamento do Poder Executivo, devendo ser atualizado periodicamente ou sempre que for feita reforma ou ampliação do imóvel.
§ 12. A Prefeitura do Município de Gurupi fica autorizada a oferecer como garantia dos contratos de locação e serviços de que tratam os §§ 10 e 11 deste artigo seus créditos de ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, ou imposto que vier a substituí-lo, perante a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins e do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, perante a Secretaria do Tesouro Nacional.
§ 13. A contrapartida de que trata o § 10 deste artigo poderá ser paga antecipadamente, podendo o contrato ser realizado com prazo de até 10 (dez) anos, renováveis.
§ 14. O Comitê de Investimento de que trata o § 8º deste artigo observará os demais normativos aplicáveis à matéria, inclusive os emanados do ente regulador federal.

Art. 14. O Poder Executivo disciplinará o disposto nesta Emenda à Lei Orgânica para seu fiel cumprimento.

Art. 15. Revoga-se o art. 33 da Lei Orgânica.

Art. 16. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 12 de Março de 2025.

JOSINIANE BRAGA NUNES:28884329191
Assinado de forma digital por JOSINIANE BRAGA NUNES:28884329191
Dados: 2025.03.12 09:18:06 -03'00'

JOSINIANE BRAGA NUNES
PREFEITA MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 001, DE 12 DE MARÇO DE 2025.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gurupi-TO
Vereador IVANILSON MARINHO

Exmos.(as). Sr(as). Vereadores(as)

Encaminhamos para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o Projeto de Lei que trata do seguinte assunto: Estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gurupi com base nas alterações propostas pela Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019 e dá outras providências.

Em respeito aos princípios constitucionais e com o objetivo de mostrar a grande importância que envolve a necessidade de ajustar o sistema previdenciário do Município de Gurupi, apresento a Proposta de Emenda à Lei Orgânica para a consideração de Vossas Excelências, com o intuito de dar novas bases de organização ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município e fortalecer sua sustentabilidade, determinando adequação no Plano de Custeio nos termos da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

A Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, alterou o sistema previdenciário e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias. Contudo, devido à desconstitucionalização de parte da matéria previdenciária e a competência concorrente para tratar do tema previsto no art. 24, inciso XII da Constituição Federal algumas regras foram declinadas para ação do Município, devendo observar as regras previdenciárias gerais previstas na Constituição Federal.

Assim, visando garantir a segurança jurídica e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, tornou-se indispensável realizar estudos detalhados e elaborar a presente proposta de adequação do texto da Lei Orgânica à redação vigente da Constituição Federal, especialmente em virtude das alterações promovidas pela Emenda à Constituição Federal nº 103/2019.

O município aderiu ao Projeto Previdência Sustentável Investe e Desenvolve os Municípios, que produziu diversas pesquisas objetivando colher subsídios suficientes para reformular o sistema previdenciário no Município de Gurupi, motivo pelo qual tenho a honra de submeter, com toda deferência, à apreciação de Vossas Excelências, uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica.

A urgência e relevância da proposta ora encaminhada justifica-se diante da necessidade imediata de um modelo de previdência sustentável a longo prazo, com o qual as novas adesões poderão contribuir. Sendo o modo de aliviar as pressões sobre o orçamento público e possibilitar que a verba pública seja alocada de maneira mais eficiente entre setores vitais, como previdência própria do servidor, saúde e educação.

Conforme levantamento apurado pelo Município em 2023, identificou-se que o deficit atuarial do RPPS alcança a cifra de R$ 409.117.265,23, o que corresponde a 92,23% da

Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada anual do Município, a qual totalizava R$ 443.586.810,48.

É importante notar que tanto o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA, obtido através do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, quanto a Análise Atuarial conduzida pelo Projeto Previdência Sustentável Investe e Desenvolve os Municípios (Anexo I – Avaliação Atuarial sem reforma e Anexo II - Avaliação Atuarial com reforma), chegaram à conclusão de que o Município enfrenta desequilíbrio atuarial.

Destaca-se que a aplicação da reforma, adequando as normas do Município às normas da União, geraria uma redução de 62,00% no deficit atuarial, sendo ampliada caso o município adote a ampliação da base de contribuição dos aposentados e pensionistas, que resultaria em impacto atuarial de R$ 65,86 milhões. A criação de contribuição patronal adicional de 6%, relativa aos servidores com direito à aposentadoria especial produzirá, por si só, uma redução de R$ 21,92 milhões. Portanto, somando-se as medidas propostas, a redução do deficit atuarial será de 87,78%, o que garantirá segurança para os servidores municipais ao criar um cenário onde o deficit atuarial restante que permanecerá após a reforma e medida adicional de custeio, tem plena viabilidade de ser custeado com recursos do Tesouro Municipal ao longo dos anos (vide Anexo II - Avaliação Atuarial com reforma).

Neste contexto, com o objetivo de promover a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal, propõem-se ajustes abrangentes, em conformidade com a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019. Essas mudanças visam equilibrar o sistema previdenciário, considerando as necessidades atuais e futuras. Entre as principais alterações que serão aplicadas destacam-se: redução do tempo de contribuição para ambos os sexos (de 30 para 25 anos); a elevação do valor mínimo para aposentadoria por incapacidade permanente (para 60% do salário de benefício); a regulamentação das aposentadorias de servidores expostos a agentes nocivos; e o estabelecimento de duas regras de transição com os requisitos mais benéficos do que os impostos para os funcionários da iniciativa privada (RGPS).

Diante do exposto, a necessidade de efetuar a reforma previdenciária não se limita ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), conforme estabelecido pela Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, mas também reflete na responsabilidade do gestor público em alocar recursos públicos de forma eficiente.

Esta é uma oportunidade ímpar para demonstrarmos nossa responsabilidade na construção de um futuro mais promissor e financeiramente seguro para o nosso município.

Deste modo, certo da especial atenção de Vossas Excelências quanto ao exposto, aguardo pela aprovação desta matéria, e renovo protestos de elevada estima e consideração.

Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 12 de Março de 2025.

JOSINIANE BRAGA NUNES:28884329191

Assinado de forma digital por JOSINIANE BRAGA NUNES:28884329191
Dados: 2025.03.12 09:18:33 -03'00'

JOSINIANE BRAGA NUNES
PREFEITA MUNICIPAL

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GURUPI – GURUPI PREV

AVALIAÇÃO ATUARIAL COM AS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103

DATA-BASE DO CADASTRO: novembro/2023

DATA-BASE DA AVALIAÇÃO: dezembro/2023

ANTONIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA
Atuário - MIBA nº1.162

Brasília - DF, novembro/2024

VESTING

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO 4
2. OBJETIVO 5
3. CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E VALORES DOS BENEFÍCIOS - AMPARO LEGAL 6
4. BENEFÍCIOS ASSEGURADOS 6
5. ELEGIBILIDADES PARA OS BENEFÍCIOS 7
6. PREMISSAS ATUARIAIS 7
7. REGIMES ATUARIAIS 9
8. DESCRIÇÃO DO CADASTRO 9
9. ESTATÍSTICAS DO UNIVERSO DE SEGURADOS DO RPPS 9
10. CONSISTÊNCIA DOS DADOS 10
11. PASSIVO ATUARIAL 11
12. RESULTADOS DA PROJEÇÃO ATUARIAL 16
13. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 16
14. PLANO DE CUSTEIO ANUAL PARA O CENÁRIO RGPS 17
15. COMENTÁRIOS FINAIS 18

ANEXOS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO RGPS 24

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO RGPS 27

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO 30

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO 33

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO COM CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL 36
FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO COM CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL 39

1. APRESENTAÇÃO

O ordenamento jurídico que disciplina os Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, consubstanciada nas Emendas Constitucionais nºs 20, de 15/12/98, 41, de 19/12/2003, 47, de 05/07/2005, 70, de 29/03/2012, 88, de 07/05/2015, e 103, de 12/11/2019, nas Leis nºs 10.887, de 18/06/2004, e 9.717, de 27/11/98, e demais normativos do Ministério da Previdência Social (MPS), instituiu um conjunto de ações de cunho financeiro, econômico e atuarial a serem observadas pelos entes federativos.

A exigência de realização de estudo atuarial com o objetivo de monitorar o equilíbrio econômico-financeiro presente e futuro dos respectivos regimes próprios visa assegurar a necessária solvência para o cumprimento das obrigações previdenciárias que lhes são pertinentes.

O estudo atuarial, conforme estabelecido na Lei nº 9.717/98, deve ser efetuado em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período. Dessa forma, esta avaliação atuarial contempla a atualização da análise das obrigações e dos direitos futuros concernentes ao RPPS do município de Gurupi-TO, cabendo o estudo da sua dimensão e do seu comportamento ao longo do período de 75 anos estimados pela legislação como tempo mínimo de sobrevida do regime previdenciário.

Neste documento estão retratados os resultados da avaliação atuarial com posição em 31/12/2023, no cenário em que são aplicadas as regras da Emenda Constitucional nº 103/2019, analisando-se dois cenários em relação à base de contribuição dos aposentados e pensionistas, sendo que no primeiro cenário foi considerada a parcela do benefícios excedente ao teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, no segundo cenário, considerou-se a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo (SM). Adicionalmente, foi analisado o cenário de instituição de contribuição patronal adicional de 6% para os servidores com aposentadoria especial (magistério, saúde e servidores com deficiência).

2. OBJETIVO

O estudo prospectivo das obrigações do RPPS tem por objetivo mensurar o grau de solvência econômico-financeira necessário para manter os benefícios de natureza previdenciária devidos aos servidores públicos efetivos e respectivos dependentes, qualificados na forma da Lei Municipal que instituiu e regulamentou o regime de previdência social dos servidores públicos municipais.

Como resultados do estudo atuarial, serão quantificados para o RPPS:

- O custo previdenciário de todos os benefícios oferecidos em seu regulamento;
- As reservas necessárias ao pagamento dos benefícios previdenciários estruturados em regime financeiro de capitalização;
- As alíquotas de contribuição que equilibram financeira e economicamente o modelo previdenciário;
- As projeções atuariais de receitas e de despesas com o pagamento de benefícios e despesas administrativas do Instituto para o período de 75 anos;
- Os quantitativos esperados para os grupos de ativos, inativos e pensionistas para o período de 75 anos.

Levando-se em conta a elaboração de projeções para o período de 75 anos, cumpre-nos destacar que este estudo atuarial foi realizado dentro da *visão prospectiva* de ocorrência dos fatos, consistindo, então, em uma análise de inferência do que se estima ser observado ao longo deste período, razão pela qual os resultados devem ser interpretados dentro desta ótica. Eventuais desvios entre o comportamento esperado e a verdadeira ocorrência dos fatos relevantes aqui estimados poderão ocorrer, dada a natureza probabilística dos eventos tratados na avaliação atuarial, o que reforça a necessidade de revisões anuais, conforme prevê a Lei nº 9.717/98 ao exigir a reavaliação atuarial em cada balanço.

3. CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E VALORES DOS BENEFÍCIOS - AMPARO LEGAL

O trabalho da avaliação atuarial foi desenvolvido em observância à Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais, Resoluções e Portarias do Ministério da Previdência Social (MPS) aplicáveis ao assunto, em especial àquelas relacionadas a seguir:

- Constituição Federal, art. 40;
- Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019;
- Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;
- Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, a ser aplicada subsidiariamente ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999;
- Decreto 10.188, de 20 de dezembro de 2019;
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022;
- Lei Complementar Municipal nº 17, de 18 de junho de 2011;
- Lei Complementar Municipal nº 18, de 25 de novembro de 2011; e
- Lei Complementar Municipal nº 32, de 2 de junho de 2021.

4. BENEFÍCIOS ASSEGURADOS

Os benefícios assegurados pelo RPPS são:

- Aposentadoria por tempo de contribuição;

- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- Aposentadoria compulsória; e
- Pensão por morte.

5. ELEGIBILIDADES PARA OS BENEFÍCIOS

As condições de elegibilidade e regras de cálculo dos benefícios estão definidas na Emenda Constitucional nº 103/2019.

6. PREMISSAS ATUARIAIS

As hipóteses atuariais compreendem o conjunto de premissas que serão utilizadas na avaliação para determinar o comportamento das variáveis envolvidas na quantificação das obrigações previdenciárias do RPPS.

As hipóteses atuariais empregadas neste estudo foram definidas em conformidade com o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022:

- *Taxa anual de juros real a ser utilizada na determinação dos valores presentes atuariais das obrigações e receitas futuras do regime próprio, bem como nas projeções de ganhos financeiros futuros do patrimônio do regime próprio:* **4,91%a.a., selecionada com base na duração do passivo do plano e na ETTJ divulgada pela Portaria MPS nº 3.289/2023;**
- *Tábuas biométricas que serão aplicadas para refletir a expectativa de ocorrência de eventos de mortalidade, sobrevivência e entrada em invalidez:*
  - Sobrevivência de válidos: **IBGE-2022**;
  - Mortalidade de válidos: **IBGE-2022**;
  - Sobrevivência de inválidos: **IBGE-2022**;
  - Mortalidade de inválidos: **IBGE-2022**;
  - Entrada em Invalidez: **Álvaro Vindas**;

- *Hipótese de família-padrão para o pagamento de pensão:* **dados reais dos dependentes e, na ausência, usou-se uma família média composta por cônjuge mais jovem três anos, quando o titular é do gênero masculino, e mais velho três anos, quando o titular é do gênero feminino, e dois filhos com diferenças de idades de vinte e dois e vinte e quatro anos para a idade da mãe;**
- *Crescimento Salarial por Mérito:* **1% ao ano**;
- *Crescimento Salarial por Produtividade:* **0,00%a.a.**;
- *Crescimento Real dos Benefícios:* **0% ao ano**;
- *Fator de Capacidade Salarial*: **0,9842, que equivale a uma inflação anual de 3,55% utilizada na grade de parâmetros macroeconômicos, conforme exigido pela Portaria MTP nº 1.467/2022;**
- *Fator de Capacidade de Benefícios*: **0,9842, que equivale a uma inflação anual de 3,55% utilizada na grade de parâmetros macroeconômicos, conforme exigido pela Portaria MTP nº 1.467/2022;**
- *Indexador do sistema previdencial*: **INPC**;
- *Rotatividade (turn-over):* **1%a.a.;**
- *Reposição do Contingente de Servidores Ativos:* **reposição de 1:1;**
- *Idade de início da fase de contribuição ao regime previdenciário, para efeito de cálculo do tempo passado de cada servidor e da compensação previdenciária:* **utilizou-se as informações de tempo de serviço anterior informadas no cadastro;**
- *Custo Administrativo:* **3,00% incidente sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos do ano anterior;**
- *Hipótese de entrada em aposentadoria:* **primeira elegibilidade.**

7. REGIMES ATUARIAIS

Os regimes financeiros (atuariais) utilizados na presente avaliação foram os de capitalização (Método Agregado) para as aposentadorias e pensões e de repartição simples para a despesa administrativa.

As definições para esses regimes são aquelas tradicionalmente adotadas na literatura universal sobre o assunto. O regime de capitalização pressupõe a formação de reservas financeiras de longo prazo, geradas a partir das contribuições do ente público e dos servidores, bem como dos rendimentos financeiros auferidos a partir do investimento em mercado dessas contribuições.

O regime financeiro de repartição simples se caracteriza pela contemporaneidade entre as receitas e despesas previdenciárias. As alíquotas de contribuição são definidas a cada período de forma a custear integralmente os benefícios pagos no mesmo período. Nesse regime não são constituídas reservas e as receitas auferidas no período são integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios do mesmo período.

8. DESCRIÇÃO DO CADASTRO

O cadastro utilizado na avaliação atuarial contém as informações do grupo de segurados vinculado ao RPPS, sendo todas as informações referentes a novembro de 2023.

9. ESTATÍSTICAS DO UNIVERSO DE SEGURADOS DO RPPS

Um resumo das características dos segurados está apresentado a seguir.

TABELA 1 - SERVIDORES ATIVOS

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Quantidade	2.863
Idade atual (anos)	43,4
Salário (R$)	3.047,55

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Tempo de Serviço Total (anos)	16,9
Tempo de Serviço no Ente (anos)	11,0
Tempo de Serviço Anterior (anos)	5,9

TABELA 2 - APOSENTADOS

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Quantidade	630
Idade atual (anos)	65,5
Benefício (R$)	3.775,43

TABELA 3 - PENSIONISTAS

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Quantidade	135
Idade atual (anos)	57,4
Benefício (R$)	2.119,93

10.CONSISTÊNCIA DOS DADOS

Os dados utilizados nesta avaliação atuarial foram submetidos aos processos usuais de análise e crítica de dados.

As informações foram analisadas através de testes de consistência e consideradas de boa qualidade.

Os dados relativos ao tempo de contribuição para outros regimes dos servidores ativos que não foram informados pelo instituto tiveram que ser estimados com base nas disposições legais pertinentes.

11.PASSIVO ATUARIAL

O Quadro seguinte apresenta o balanço atuarial calculado com base nas regras de cálculo, elegibilidades e nas alíquotas vigentes em 31/12/2023, conforme informações enviadas pelo órgão gestor do RPPS.

O balanço atuarial contempla apenas os benefícios estruturados em regime financeiro de capitalização.

O plano de custeio utilizado no cálculo da situação atuarial do Instituto é composto pelas seguintes alíquotas:

- 14,56% para os servidores ativos, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- 14,00% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do RGPS (cenário RGPS) ou o salário-mínimo (cenário SM);
- 14,00% para o município, em ambos os fundos, incidentes sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos.

VESTING

TABELA 4 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÃO ATUAL

RUBRICA	31/12/2023 (remuneração de contribuição com base no teto do RGPS)	31/12/2023 (remuneração de contribuição com base no SM)	31/12/2023 (rem. de contribuição com base no SM e contribuição adicional de 6%)
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	**521.782.055,72**	**455.921.194,51**	**433.996.472,19**
RESERVAS MATEM. BENEF. A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	**113.528.460,23**	**81.965.391,50**	**60.040.669,18**
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	**357.998.900,44**	**389.561.969,17**	**411.486.691,49**
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	354.959.594,64	354.959.594,64	376.884.316,96
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	3.039.305,80	34.602.374,53	34.602.374,53
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	**461.959.244,46**	**461.959.244,46**	**461.959.244,46**
Valor Presente das Aposentadorias	376.529.102,14	376.529.102,14	376.529.102,14
Valor Presente das Pensões	85.430.142,32	85.430.142,32	85.430.142,32
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	**37.285.670,88**	**37.285.670,88**	**37.285.670,88**
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	**27.717.554,67**	**27.717.554,67**	**27.717.554,67**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEF. CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	**408.253.595,49**	**373.955.803,01**	**373.955.803,01**
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	**434.783.336,34**	**400.485.543,86**	**400.485.543,86**
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	363.883.292,89	363.883.292,89	363.883.292,89
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	78.279.054,65	78.279.054,65	78.279.054,65
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	7.379.011,20	41.676.803,68	41.676.803,68
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	**26.529.740,85**	**26.529.740,85**	**26.529.740,85**
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	**113.545.087,17**	**113.545.087,17**	**113.545.087,17**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	**171.049.002,25**	**171.049.002,25**	**171.049.002,25**
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (-)Déficit/(+)Superávit	**(237.187.966,30)**	**(171.327.105,09)**	**(149.402.382,77)**

VESTING

TABELA 5 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÃO FUTURA

RUBRICA	31/12/2023 (remuneração de contribuição com base no teto do RGPS)	31/12/2023 (remuneração de contribuição com base no SM)	31/12/2023 (rem. de contribuição com base no SM e contribuição adicional de 6%)
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	**(194.128.384,22)**	**(204.195.909,26)**	**(223.797.416,87)**
RESERVAS MATEM. BENEF. A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	**(194.128.384,22)**	**(204.195.909,26)**	**(223.797.416,87)**
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	**334.528.302,81**	**344.595.827,85**	**364.197.335,46**
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	334.528.302,81	334.528.302,81	354.129.810,42
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	0,00	10.067.525,04	10.067.525,04
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	**105.260.390,98**	**105.260.390,98**	**105.260.390,98**
Valor Presente das Aposentadorias	96.573.657,49	96.573.657,49	96.573.657,49
Valor Presente das Pensões	8.686.733,49	8.686.733,49	8.686.733,49
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	**35.139.527,61**	**35.139.527,61**	**35.139.527,61**
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEF. CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	0,00	0,00	0,00
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	0,00	0,00	0,00
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	0,00	0,00	0,00
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (-)Déficit/(+)Superávit	**194.128.384,22**	**204.195.909,26**	**223.797.416,87**

VESTING

TABELA 6 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA

RUBRICA	31/12/2023 (remuneração de contribuição com base no teto do RGPS)	31/12/2023 (remuneração de contribuição com base no SM)	31/12/2023 (rem. de contribuição com base no SM e contribuição adicional de 6%)
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	**327.653.671,50**	**251.725.285,25**	**210.199.055,32**
RESERVAS MATEM. BENEF. A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	**(80.599.923,99)**	**(122.230.517,76)**	**(163.756.747,69)**
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	**692.527.203,25**	**734.157.797,02**	**775.684.026,95**
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	689.487.897,45	689.487.897,45	731.014.127,38
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	3.039.305,80	44.669.899,57	44.669.899,57
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	**567.219.635,44**	**567.219.635,44**	**567.219.635,44**
Valor Presente das Aposentadorias	473.102.759,63	473.102.759,63	473.102.759,63
Valor Presente das Pensões	94.116.875,81	94.116.875,81	94.116.875,81
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	**72.425.198,49**	**72.425.198,49**	**72.425.198,49**
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	**27.717.554,67**	**27.717.554,67**	**27.717.554,67**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEF. CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	**408.253.595,49**	**373.955.803,01**	**373.955.803,01**
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	**434.783.336,34**	**400.485.543,86**	**400.485.543,86**
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	363.883.292,89	363.883.292,89	363.883.292,89
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	78.279.054,65	78.279.054,65	78.279.054,65
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	7.379.011,20	41.676.803,68	41.676.803,68
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	**26.529.740,85**	**26.529.740,85**	**26.529.740,85**
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	**113.545.087,17**	**113.545.087,17**	**113.545.087,17**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	**171.049.002,25**	**171.049.002,25**	**171.049.002,25**
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (-)Déficit/(+)Superávit	**(43.059.582,08)**	**32.868.804,17**	**74.395.034,10**

O Valor Presente dos Benefícios Futuros representa o somatório dos benefícios futuros prometidos aos servidores e seus dependentes, quer estejam adquiridos ou não, fundados ou não. Refere-se, pois, ao montante de recursos que deve estar reunido numa determinada data para assegurar o pagamento de todos os benefícios prometidos a esses segurados no futuro sem que haja a necessidade de qualquer outra contribuição adicional ao plano.

O Valor Presente das Contribuições Futuras, por sua vez, representa o somatório das contribuições futuras, a serem pagas pelos segurados e pelo ente municipal, devendo ser suficiente para amortizar o correspondente ao Valor Presente dos Benefícios Futuros desses indivíduos, considerando o período de atividade do servidor e o patrimônio líquido existente na data da avaliação atuarial. Nos valores presentes das contribuições futuras estão inseridas, ainda, as contribuições que serão arrecadadas dos aposentados e pensionistas, específicas em cada cenário.

A reserva matemática ou passivo atuarial representa a obrigação do fundo de previdência para com os seus segurados e dependentes até a extinção da massa. Em outras palavras, a reserva matemática é o montante que já deveria estar constituído no regime de previdência se todas as hipóteses e premissas da avaliação atuarial tivessem sido confirmadas na prática e se as contribuições normais e suplementares tivessem sido corretamente aportadas. O confronto entre a reserva matemática e o valor do ativo líquido do plano resultará na situação atuarial do regime de previdência, que poderá ser superavitária, deficitária ou nula.

Os resultados foram agrupados em Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos, sendo que o primeiro grupo representa os direitos e obrigações do regime de previdência para com os indivíduos que ainda não estão em gozo de benefícios, compostos pelos atuais servidores ativos e seus dependentes, bem como pelos futuros servidores ativos. O grupo dos benefícios concedidos se refere aos atuais aposentados e pensionistas, que já estão em gozo de benefícios.

Conforme informação prestada pelo órgão gestor do RPPS, os valores dos ativos líquidos (ativos garantidores), em 31/12/2023, eram de R$ 171.049.002,25.

Observa-se, como resultado da avaliação atuarial, que o RPPS apresenta um déficit atuarial, **relativo à geração atual**, de R$ 237.187.966,30 (cenário com base de contribuição acima do teto do RGPS), R$ 171.327.105,09 (cenário com base de contribuição acima de 1 salário-mínimo) e R$ 149.402.382,77 (cenário com base de contribuição acima de 1 salário-mínimo e contribuição patronal de 6% relativa aos servidores com aposentadorias especiais).

12.RESULTADOS DA PROJEÇÃO ATUARIAL

As projeções atuariais para o período de 75 anos, conforme determina a legislação, encontram-se listadas no anexo II deste relatório, considerando as taxas de contribuição atualmente em vigor no regime de previdência municipal. No quadro estão apresentados os valores estimados dos pagamentos e recebimentos do RPPS ao longo do período de 75 anos, considerando-se a população atual e futura de servidores ativos, inativos e pensionistas. Também consta do referido quadro o valor esperado para o resultado previdenciário em cada exercício futuro e para o saldo financeiro.

A análise dos quadros de projeções atuariais revela que, em ambos os cenários, o RPPS apresenta déficits financeiros anuais a partir de 2035 (cenário RGPS) ou 2037 (cenário 1 SM).

13.COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Conforme prevê a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência estaduais e municipais, uma parcela do passivo atuarial é de responsabilidade do RGPS.

Nesta avaliação os valores de compensação previdenciária foram estimados com base na hipótese de idade de início da fase contributiva para regime previdenciário, limitando-se o valor da compensação a 6% do valor presente dos benefícios futuros da geração atual de segurados. Para os atuais aposentados e pensionistas, a estimativa de compensação previdenciária foi calculada com base nos valores recebidos individuais informados no

cadastro. Para os atuais aposentados e pensionistas, a estimativa de compensação previdenciária foi calculada com base nos valores recebidos individuais informados no cadastro.

14.PLANO DE CUSTEIO ANUAL PARA O CENÁRIO RGPS

Os quadros seguintes resumem as alíquotas de custos para o financiamento do regime de previdência municipal.

Os custos do primeiro quadro estão apresentados por tipo de benefício e são aqueles que equilibram o regime de previdência face aos benefícios que necessita pagar aos seus segurados. Os valores representam os custos dos benefícios do plano, expressos em percentagens incidentes sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos. Para efeito de cálculo do custo, os benefícios dos aposentados e pensionistas foram considerados pelos valores líquidos, ou seja, deduzidos das contribuições que deverão aportar ao regime de previdência.

TABELA 7 - CUSTOS DOS BENEFÍCIOS

BENEFÍCIO	31/12/2022
Aposentadoria programada	17,20%
Aposentadoria por invalidez	3,63%
Pensão de aposentadoria programada	1,65%
Pensão de invalidez	0,37%
Pensão de ativo	2,70%
Despesas Administrativas	3,00%
Custo Total	**28,56%**

TABELA 8 - PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO PROPOSTO PARA 2024

CONTRIBUINTE	FUNDO FINANCEIRO
Ente público (contribuição ordinária sobre salários)	14,56%
Ente público (aportes extraordinários)	Conforme o plano de amortização
Servidor ativo	14,00%
Servidor inativo (sobre a parcela excedente ao teto do RGPS)	14,00%
Pensionista (sobre a parcela excedente ao teto do RGPS)	14,00%

15.COMENTÁRIOS FINAIS

A avaliação atuarial do RPPS do município de Gurupi-TO revelou a existência de um déficit atuarial, em relação à geração atual de segurados, evidenciando a insuficiência do custeio atual frente às obrigações previdenciárias assumidas pelo referido regime.

Conforme estabelece a Portaria MTP nº 1.467/2022, o equacionamento do déficit atuarial deverá ocorrer em relação à geração atual de segurados e beneficiários, não podendo haver compensação com os resultados da geração futura de segurados.

Nesta avaliação atuarial buscou-se analisar os impactos de uma possível reforma previdenciária municipal nos moldes trazidos pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, estudando-se dois cenários prováveis de implementação das regras previdenciais, quais sejam:

a) Cenário com as regras de elegibilidade, cálculo, manutenção e reajustamento da EC nº 103/2019, considerando-se a base de contribuição atual do município em relação aos aposentados e pensionistas (parcela do benefício que excede o teto do RGPS);

b) Cenário com as regras de elegibilidade, cálculo, manutenção e reajustamento da EC nº 103/2019, considerando-se a ampliação da base de contribuição do município em relação aos aposentados e pensionistas (parcela do benefício

que excede o salário-mínimo) nos termos definidos no art. 149, §1°-A, cuja redação está transcrita abaixo.

§ 1°-A. Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo; e

c) Cenário idêntico ao da alínea b, mas com contribuição patronal adicional de 6% relativa aos servidores ativos com direito à aposentadoria especial.

As alíquotas praticadas pelo município na data desta avaliação são:

a) 14,56% do município, incidente sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos;

b) 14,00% dos servidores ativos; e

c) 14,00% dos aposentados e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do RGPS (cenário RGPS) ou ao salário-mínimo (cenário SM).

As tabelas seguintes contêm os resultados da situação atuarial do RPPS para os cenários analisado nesta avaliação atuarial e para o cenário sem reforma, que nos permite evidenciar a redução no déficit atuarial em função da implementação da reforma previdenciária e o efeito da ampliação da base de contribuição dos aposentados e pensionistas.

TABELA 9 - RESULTADOS ATUARIAIS COMPARATIVOS DOS CENÁRIOS SEM E COM REFORMA PREVIDENCIÁRIA

RUBRICA	SEM REFORMA	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO TETO DO RGPS	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM E CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ADICIONAL
Provisão matemática (PM) total	908.772.924,97	521.782.055,72	455.921.194,51	433.996.472,19
PM de benefícios concedidos	428.121.008,91	408.253.595,49	373.955.803,01	373.955.803,01
PM de benefícios a conceder	480.651.916,06	113.528.460,23	81.965.391,50	60.040.669,18
Ativos garantidores (patrimônio)	171.049.002,25	171.049.002,25	171.049.002,25	171.049.002,25

RUBRICA	SEM REFORMA	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO TETO DO RGPS	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM E CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ADICIONAL
Valor Atual dos Parcelamentos	113.545.087,17	113.545.087,17	113.545.087,17	113.545.087,17
Déficit atuarial	(624.178.835,55)	(237.187.966,30)	(171.327.105,09)	(149.402.382,77)
Redução no déficit atuarial		-62,00%	-72,55%	-76,06%

Observa-se que a aplicação das regras da EC nº 103/2019 geraria uma redução de 62,00% no déficit atuarial, sendo ampliada caso o município adote a ampliação da base de contribuição dos aposentados e pensionistas, que resultaria em impacto atuarial de R$ 65,86 milhões. A criação de contribuição patronal adicional de 6%, relativa aos servidores com direito à aposentadoria especial produziria uma redução de R$ 21,92 milhões.

Os déficits atuariais dos cenários pós-reforma, com ampliação da base de contribuição dos aposentados e pensionistas, poderiam ser equacionados através do aporte de ativos relacionados com o repasse de imposto de renda retido na fonte, cujo montante, considerando-se o aporte nos próximos quarenta anos, foi estimado em R$ 207,46 milhões, relativo ao imposto retido dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Os impactos financeiros anuais estimados com a reforma estão apresentados nas tabelas seguintes.

TABELA 10 - IMPACTOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA OS CENÁRIOS SEM E COM REFORMA PREVIDENCIÁRIA

PERÍODO	SEM REFORMA	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO TETO DO RGPS	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM E CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL
10 anos	(74.373.739,61)	15.170.084,81	48.024.272,62	69.695.535,80
20 anos	(458.480.451,38)	(96.689.173,84)	(27.349.294,48)	15.453.940,68
30 anos	(1.017.204.504,79)	(345.715.367,65)	(232.654.041,41)	(171.390.495,21)

PERÍODO	SEM REFORMA	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO TETO DO RGPS	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM	COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM E CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL
IMPACTO FINANCEIRO				
10 anos	-	89.543.824,42	122.398.012,23	144.069.275,41
20 anos	-	361.791.277,54	431.131.156,90	473.934.392,06
30 anos	-	671.489.137,14	784.550.463,38	845.814.009,58

Como forma alternativa de equacionamento dos déficits atuariais dos cenários pós-reforma, apresentamos a seguir sugestões de planos de amortização, que foram elaborados em conformidade com as disposições da Portaria MTP nº 1.467/2022.

TABELA 11 - PLANO DE AMORTIZAÇÃO PROPOSTOS PARA OS CENÁRIOS COM REFORMA PREVIDENCIÁRIA

ANO	CENÁRIOS							
	ATUAL		COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO TETO DO RGPS		COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM		COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM E CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL	
	Aporte	Alíquota	Aporte	Alíquota	Aporte	Alíquota	Aporte	Alíquota
2024	8.133.837,27	7,10%	3.436.832,65	3,00%	2.463.063,40	2,15%	2.291.221,77	2,00%
2025	8.330.882,34	7,20%	3.586.907,68	3,10%	2.603.400,73	2,25%	2.314.133,98	2,00%
2026	17.178.973,63	14,70%	7.245.553,50	6,20%	5.258.869,48	4,50%	4.674.550,65	4,00%
2027	26.203.193,66	22,20%	11.095.045,96	9,40%	8.026.203,46	6,80%	7.199.976,64	6,10%
2028	29.634.722,72	24,86%	12.932.320,00	10,85%	9.339.501,73	7,83%	8.322.541,55	6,98%
2029	29.931.069,95	24,86%	13.061.643,20	10,85%	9.432.896,74	7,83%	8.405.766,97	6,98%
2030	30.230.380,65	24,86%	13.192.259,63	10,85%	9.527.225,71	7,83%	8.489.824,64	6,98%
2031	30.532.684,45	24,86%	13.324.182,23	10,85%	9.622.497,97	7,83%	8.574.722,89	6,98%
2032	30.838.011,30	24,86%	13.457.424,05	10,85%	9.718.722,95	7,83%	8.660.470,12	6,98%
2033	31.146.391,41	24,86%	13.591.998,29	10,85%	9.815.910,18	7,83%	8.747.074,82	6,98%
2034	31.457.855,32	24,86%	13.727.918,27	10,85%	9.914.069,28	7,83%	8.834.545,56	6,98%
2035	31.772.433,88	24,86%	13.865.197,45	10,85%	10.013.209,97	7,83%	8.922.891,02	6,98%
2036	32.090.158,22	24,86%	14.003.849,43	10,85%	10.113.342,07	7,83%	9.012.119,93	6,98%

ANO	CENÁRIOS							
	ATUAL		COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO TETO DO RGPS		COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM		COM REFORMA E BASE DE CONTRIBUIÇÃO ACIMA DO SM E CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL	
	Aporte	Alíquota	Aporte	Alíquota	Aporte	Alíquota	Aporte	Alíquota
2037	32.411.059,80	24,86%	14.143.887,92	10,85%	10.214.475,49	7,83%	9.102.241,13	6,98%
2038	32.735.170,40	24,86%	14.285.326,80	10,85%	10.316.620,25	7,83%	9.193.263,54	6,98%
2039	33.062.522,10	24,86%	14.428.180,07	10,85%	10.419.786,45	7,83%	9.285.196,18	6,98%
2040	33.393.147,32	24,86%	14.572.461,87	10,85%	10.523.984,32	7,83%	9.378.048,14	6,98%
2041	33.727.078,80	24,86%	14.718.186,49	10,85%	10.629.224,16	7,83%	9.471.828,62	6,98%
2042	34.064.349,58	24,86%	14.865.368,35	10,85%	10.735.516,40	7,83%	9.566.546,91	6,98%
2043	34.404.993,08	24,86%	15.014.022,04	10,85%	10.842.871,56	7,83%	9.662.212,37	6,98%
2044	34.749.043,01	24,86%	15.164.162,26	10,85%	10.951.300,28	7,83%	9.758.834,50	6,98%
2045	35.096.533,44	24,86%	15.315.803,88	10,85%	11.060.813,28	7,83%	9.856.422,84	6,98%
2046	35.447.498,77	24,86%	15.468.961,92	10,85%	11.171.421,42	7,83%	9.954.987,07	6,98%
2047	35.801.973,76	24,86%	15.623.651,54	10,85%	11.283.135,63	7,83%	10.054.536,94	6,98%
2048	36.159.993,50	24,86%	15.779.888,05	10,85%	11.395.966,99	7,83%	10.155.082,31	6,98%
2049	36.521.593,43	24,86%	15.937.686,93	10,85%	11.509.926,66	7,83%	10.256.633,14	6,98%
2050	36.886.809,37	24,86%	16.097.063,80	10,85%	11.625.025,92	7,83%	10.359.199,47	6,98%
2051	37.255.677,46	24,86%	16.258.034,44	10,85%	11.741.276,18	7,83%	10.462.791,46	6,98%
2052	37.628.234,24	24,86%	16.420.614,79	10,85%	11.858.688,94	7,83%	10.567.419,38	6,98%
2053	38.004.516,58	24,86%	16.584.820,93	10,85%	11.977.275,83	7,83%	10.673.093,57	6,98%
2054	38.384.561,75	24,86%	16.750.669,14	10,85%	12.097.048,59	7,83%	10.779.824,51	6,98%
2055	38.768.407,36	24,86%	16.918.175,83	10,85%	12.218.019,08	7,83%	10.887.622,75	6,98%
2056	39.156.091,44	24,86%	17.087.357,59	10,85%	12.340.199,27	7,83%	10.996.498,98	6,98%
2057	39.547.652,35	24,86%	17.258.231,17	10,85%	12.463.601,26	7,83%	11.106.463,97	6,98%
2058	39.943.128,87	24,86%						
2059	40.342.560,16	24,86%						

Os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo período de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeira, econômica e atuarialmente o regime. Assim, a manutenção do equilíbrio de um fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo e sua justa fundação.

Neste ponto a Constituição Federal determinou, com a modificação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20/98, o alcance e a manutenção do equilíbrio atuarial de todos os regimes previdenciários de entes públicos, sendo ratificada pela regulamentação dos regimes de previdência dos servidores públicos, consoante a Lei n.º 9.717/98.

Este é o nosso parecer.

Brasília - DF, 19 de novembro de 2024.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
Atuário - MIBA nº 1.162

ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA:25945068349

Digitally signed by ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA:25945068349
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=34015067000111, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA:25945068349
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024.11.19 19:05:48-03'00'
Foxit PDF Editor Version: 13.0.1

ANEXO I

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO RGPS

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	40.404.037,06	39.507.756,58	2.482.055,43	1.585.774,95	181.033.283,21
2025	41.045.592,48	40.368.059,86	2.604.872,46	1.927.339,84	191.849.357,25
2026	42.356.994,20	41.322.708,35	2.878.536,38	1.844.250,52	203.113.411,22
2027	43.339.632,31	42.005.840,43	2.915.030,98	1.581.239,10	214.667.518,81
2028	45.072.564,27	42.677.142,04	3.104.542,69	709.120,46	225.916.814,44
2029	46.363.474,87	43.519.187,89	3.274.416,61	430.129,62	237.439.459,65
2030	46.619.907,30	44.317.126,02	3.258.034,74	955.253,46	250.052.990,58
2031	47.209.207,14	45.173.470,04	3.359.435,54	1.323.698,45	263.654.290,87
2032	47.559.954,05	46.053.013,72	3.371.802,39	1.864.862,06	278.464.578,61
2033	47.439.290,37	47.024.256,13	3.363.450,58	2.948.416,35	295.085.605,77
2034	47.537.550,93	46.119.000,91	3.358.083,39	1.939.533,37	311.513.842,38
2035	47.827.604,71	40.948.286,07	3.368.153,00	(3.511.165,64)	323.298.006,40
2036	49.178.140,62	41.408.704,29	3.521.687,25	(4.247.749,08)	334.924.189,43
2037	49.527.584,63	34.015.116,41	3.496.375,33	(12.016.092,89)	339.352.874,25
2038	49.672.699,24	32.585.437,64	3.473.261,61	(13.613.999,98)	342.401.100,39
2039	50.809.983,83	32.580.693,46	3.669.292,89	(14.559.997,48)	344.652.996,93
2040	51.602.877,44	32.579.878,71	3.664.428,90	(15.358.569,83)	346.216.889,25
2041	52.000.467,20	32.587.904,86	3.688.831,42	(15.723.730,93)	347.492.407,59
2042	52.930.636,88	32.539.552,89	3.682.006,13	(16.709.077,85)	347.845.206,95
2043	54.079.275,31	32.359.753,03	3.661.113,95	(18.058.408,33)	346.865.998,27
2044	54.974.290,11	32.182.543,24	3.595.058,40	(19.196.688,46)	344.700.430,33
2045	57.390.768,22	31.687.542,11	3.525.541,88	(22.177.684,22)	339.447.537,23
2046	58.895.223,16	31.408.772,66	3.443.343,77	(24.043.106,73)	332.071.304,58
2047	60.048.394,94	31.098.271,25	3.347.809,32	(25.602.314,37)	322.773.691,26
2048	60.563.723,60	30.933.337,12	3.231.808,30	(26.398.578,18)	312.223.301,33
2049	60.815.037,38	30.840.573,50	3.108.463,80	(26.866.000,08)	300.687.465,35
2050	60.718.538,78	30.919.108,70	2.979.360,10	(26.820.069,98)	288.631.149,92
2051	60.317.513,93	30.930.344,25	2.844.753,93	(26.542.415,75)	276.260.523,63
2052	59.875.442,20	31.005.639,32	2.709.087,50	(26.160.715,38)	263.664.199,97
2053	58.979.076,28	31.194.811,78	2.565.643,83	(25.218.620,66)	251.391.491,52
2054	58.091.312,29	31.412.944,45	2.426.803,89	(24.251.563,95)	239.483.249,81
2055	57.342.325,77	31.677.916,85	2.279.962,98	(23.384.445,93)	227.857.431,44
2056	56.342.608,02	32.006.287,47	2.138.894,40	(22.197.426,15)	216.847.805,17
2057	55.061.063,26	32.263.035,30	1.997.596,30	(20.800.431,66)	206.694.600,75
2058	53.353.345,07	32.590.675,04	1.855.974,14	(18.906.695,89)	197.936.609,76
2059	51.542.899,97	32.900.317,10	1.716.770,32	(16.925.812,55)	190.729.484,74
2060	49.569.854,41	33.209.788,43	1.584.467,80	(14.775.598,18)	185.318.704,27
2061	50.292.515,15	33.500.597,16	1.454.806,54	(15.337.111,44)	179.080.741,21
2062	50.073.881,79	33.515.996,35	1.330.772,94	(15.227.112,50)	172.646.493,09
2063	50.432.848,03	33.590.134,70	1.211.873,91	(15.630.839,42)	165.492.596,48
2064	50.896.456,14	33.580.689,79	1.097.428,56	(16.218.337,79)	157.399.945,18
2065	51.646.358,17	33.558.290,40	989.332,51	(17.098.735,26)	148.029.547,23
2066	52.896.786,93	33.508.522,52	887.464,31	(18.500.800,11)	136.796.997,90
2067	52.833.298,47	33.417.840,78	792.045,41	(18.623.412,27)	124.890.318,22
2068	53.395.991,29	33.453.272,92	702.769,66	(19.239.948,70)	111.782.484,14
2069	53.925.991,14	33.434.841,16	619.958,60	(19.871.191,37)	97.399.812,74
2070	53.888.527,58	33.425.591,01	543.596,07	(19.919.340,50)	82.262.803,05
2071	54.342.790,40	33.473.114,91	473.619,77	(20.396.055,72)	65.905.850,95
2072	54.803.605,43	33.480.503,07	409.932,06	(20.913.170,29)	48.228.657,94
2073	55.659.828,36	33.492.541,48	352.458,48	(21.814.828,41)	28.781.856,64

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	56.430.807,36	33.471.615,70	300.898,84	(22.658.292,82)	7.536.752,98
2075	57.166.866,45	33.465.204,48	254.933,28	(23.446.728,69)	(15.539.921,13)
2076	58.727.960,52	33.467.053,05	214.303,67	(25.046.603,80)	(25.046.603,80)
2077	60.094.605,63	33.396.139,38	178.607,44	(26.519.858,81)	(26.519.858,81)
2078	61.110.457,50	33.347.150,69	147.512,80	(27.615.794,02)	(27.615.794,02)
2079	62.835.975,19	33.335.021,80	120.690,21	(29.380.263,19)	(29.380.263,19)
2080	64.467.786,29	33.260.087,34	97.747,69	(31.109.951,26)	(31.109.951,26)
2081	65.819.491,05	33.196.118,78	78.328,96	(32.545.043,31)	(32.545.043,31)
2082	68.086.349,71	33.159.219,24	62.086,36	(34.865.044,11)	(34.865.044,11)
2083	69.927.989,12	33.037.067,85	48.632,43	(36.842.288,84)	(36.842.288,84)
2084	71.384.534,87	32.955.437,85	37.626,43	(38.391.470,59)	(38.391.470,59)
2085	72.905.458,56	32.909.256,91	28.735,35	(39.967.466,30)	(39.967.466,30)
2086	74.174.588,95	32.857.722,80	21.654,42	(41.295.211,73)	(41.295.211,73)
2087	75.444.033,87	32.826.286,54	16.110,19	(42.601.637,15)	(42.601.637,15)
2088	76.187.611,70	32.790.221,73	11.848,75	(43.385.541,22)	(43.385.541,22)
2089	77.033.136,21	32.799.238,13	8.629,51	(44.225.268,57)	(44.225.268,57)
2090	77.680.967,42	32.793.051,89	6.231,37	(44.881.684,16)	(44.881.684,16)
2091	78.125.751,09	32.800.422,72	4.468,45	(45.320.859,92)	(45.320.859,92)
2092	78.872.290,83	32.819.224,24	3.186,37	(46.049.880,22)	(46.049.880,22)
2093	79.365.348,62	32.802.639,57	2.256,28	(46.560.452,77)	(46.560.452,77)
2094	79.362.119,88	32.802.117,32	1.585,59	(46.558.416,97)	(46.558.416,97)
2095	79.125.927,18	32.841.446,22	1.106,59	(46.283.374,37)	(46.283.374,37)
2096	78.636.983,72	32.896.221,54	767,20	(45.739.994,98)	(45.739.994,98)
2097	77.738.704,01	32.966.993,63	529,74	(44.771.180,63)	(44.771.180,63)
2098	76.456.418,45	33.067.518,97	364,87	(43.388.534,61)	(43.388.534,61)

ANEXO II

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO RGPS

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	40.404.037,06	42.944.589,23	2.482.055,43	5.022.607,60	184.470.115,86
2025	41.045.592,48	43.954.967,53	2.604.872,46	5.514.247,52	199.041.846,06
2026	42.356.994,20	48.568.261,85	2.878.536,38	9.089.804,03	217.904.604,73
2027	43.339.632,31	53.100.886,39	2.915.030,98	12.676.285,06	241.280.005,89
2028	45.072.564,27	55.609.462,03	3.104.542,69	13.641.440,46	266.768.294,63
2029	46.363.474,87	56.580.831,08	3.274.416,61	13.491.772,82	293.358.390,72
2030	46.619.907,30	57.509.385,65	3.258.034,74	14.147.513,09	321.909.800,80
2031	47.209.207,14	58.497.652,27	3.359.435,54	14.647.880,67	352.363.452,69
2032	47.559.954,05	59.510.437,76	3.371.802,39	15.322.286,10	384.986.784,32
2033	47.439.290,37	60.616.254,42	3.363.450,58	16.540.414,64	420.430.050,07
2034	47.537.550,93	59.846.919,18	3.358.083,39	15.667.451,64	456.740.617,16
2035	47.827.604,71	54.813.483,52	3.368.153,00	10.354.031,81	489.520.613,28
2036	49.178.140,62	55.412.553,71	3.521.687,25	9.756.100,35	523.312.175,74
2037	49.527.584,63	48.159.004,34	3.496.375,33	2.127.795,03	551.134.598,60
2038	49.672.699,24	46.870.764,45	3.473.261,61	671.326,82	578.866.634,21
2039	50.809.983,83	47.008.873,53	3.669.292,89	(131.817,41)	607.157.168,54
2040	51.602.877,44	47.152.340,58	3.664.428,90	(786.107,96)	636.182.477,55
2041	52.000.467,20	47.306.091,34	3.688.831,42	(1.005.544,44)	666.413.492,76
2042	52.930.636,88	47.404.921,25	3.682.006,13	(1.843.709,50)	697.290.685,76
2043	54.079.275,31	47.373.775,06	3.661.113,95	(3.044.386,30)	728.483.272,13
2044	54.974.290,11	47.346.705,50	3.595.058,40	(4.032.526,21)	760.219.274,59
2045	57.390.768,22	47.003.345,99	3.525.541,88	(6.861.880,34)	790.684.160,63
2046	58.895.223,16	46.877.734,58	3.443.343,77	(8.574.144,82)	820.932.608,10
2047	60.048.394,94	46.721.922,79	3.347.809,32	(9.978.662,83)	851.261.736,33
2048	60.563.723,60	46.713.225,18	3.231.808,30	(10.618.690,12)	882.439.997,46
2049	60.815.037,38	46.778.260,44	3.108.463,80	(10.928.313,14)	914.839.488,20
2050	60.718.538,78	47.016.172,50	2.979.360,10	(10.723.006,17)	949.035.100,89
2051	60.317.513,93	47.188.378,69	2.844.753,93	(10.284.381,31)	985.348.343,04
2052	59.875.442,20	47.426.254,11	2.709.087,50	(9.740.100,59)	1.023.988.846,09
2053	58.979.076,28	47.779.632,72	2.565.643,83	(8.633.799,73)	1.065.632.898,70
2054	58.091.312,29	48.163.613,59	2.426.803,89	(7.500.894,80)	1.110.454.579,22
2055	57.342.325,77	48.596.092,68	2.279.962,98	(6.466.270,10)	1.158.511.628,96
2056	56.342.608,02	49.093.645,07	2.138.894,40	(5.110.068,55)	1.210.284.481,39
2057	55.061.063,26	49.521.266,47	1.997.596,30	(3.542.200,49)	1.266.167.248,94
2058	53.353.345,07	32.590.675,04	1.855.974,14	(18.906.695,89)	1.309.429.364,97
2059	51.542.899,97	32.900.317,10	1.716.770,32	(16.925.812,55)	1.356.796.534,24
2060	49.569.854,41	33.209.788,43	1.584.467,80	(14.775.598,18)	1.408.639.645,90
2061	50.292.515,15	33.500.597,16	1.454.806,54	(15.337.111,44)	1.462.466.741,07
2062	50.073.881,79	33.515.996,35	1.330.772,94	(15.227.112,50)	1.519.046.745,55
2063	50.432.848,03	33.590.134,70	1.211.873,91	(15.630.839,42)	1.578.001.101,34
2064	50.896.456,14	33.580.689,79	1.097.428,56	(16.218.337,79)	1.639.262.617,62
2065	51.646.358,17	33.558.290,40	989.332,51	(17.098.735,26)	1.702.651.676,89
2066	52.896.786,93	33.508.522,52	887.464,31	(18.500.800,11)	1.767.751.074,12
2067	52.833.298,47	33.417.840,78	792.045,41	(18.623.412,27)	1.835.924.239,59
2068	53.395.991,29	33.453.272,92	702.769,66	(19.239.948,70)	1.906.828.171,05
2069	53.925.991,14	33.434.841,16	619.958,60	(19.871.191,37)	1.980.582.242,87
2070	53.888.527,58	33.425.591,01	543.596,07	(19.919.340,50)	2.057.909.490,50
2071	54.342.790,40	33.473.114,91	473.619,77	(20.396.055,72)	2.138.556.790,76
2072	54.803.605,43	33.480.503,07	409.932,06	(20.913.170,29)	2.222.646.758,89
2073	55.659.828,36	33.492.541,48	352.458,48	(21.814.828,41)	2.309.963.886,34

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	56.430.807,36	33.471.615,70	300.898,84	(22.658.292,82)	2.400.724.820,35
2075	57.166.866,45	33.465.204,48	254.933,28	(23.446.728,69)	2.495.153.680,34
2076	58.727.960,52	33.467.053,05	214.303,67	(25.046.603,80)	2.592.619.122,25
2077	60.094.605,63	33.396.139,38	178.607,44	(26.519.858,81)	2.693.396.862,33
2078	61.110.457,50	33.347.150,69	147.512,80	(27.615.794,02)	2.798.026.854,26
2079	62.835.975,19	33.335.021,80	120.690,21	(29.380.263,19)	2.906.029.709,61
2080	64.467.786,29	33.260.087,34	97.747,69	(31.109.951,26)	3.017.605.817,09
2081	65.819.491,05	33.196.118,78	78.328,96	(32.545.043,31)	3.133.225.219,40
2082	68.086.349,71	33.159.219,24	62.086,36	(34.865.044,11)	3.252.201.533,57
2083	69.927.989,12	33.037.067,85	48.632,43	(36.842.288,84)	3.375.042.340,03
2084	71.384.534,87	32.955.437,85	37.626,43	(38.391.470,59)	3.502.365.448,33
2085	72.905.458,56	32.909.256,91	28.735,35	(39.967.466,30)	3.634.364.125,54
2086	74.174.588,95	32.857.722,80	21.654,42	(41.295.211,73)	3.771.516.192,38
2087	75.444.033,87	32.826.286,54	16.110,19	(42.601.637,15)	3.914.096.000,28
2088	76.187.611,70	32.790.221,73	11.848,75	(43.385.541,22)	4.062.892.572,67
2089	77.033.136,21	32.799.238,13	8.629,51	(44.225.268,57)	4.218.155.329,42
2090	77.680.967,42	32.793.051,89	6.231,37	(44.881.684,16)	4.380.385.071,94
2091	78.125.751,09	32.800.422,72	4.468,45	(45.320.859,92)	4.550.141.119,05
2092	78.872.290,83	32.819.224,24	3.186,37	(46.049.880,22)	4.727.503.167,77
2093	79.365.348,62	32.802.639,57	2.256,28	(46.560.452,77)	4.913.063.120,55
2094	79.362.119,88	32.802.117,32	1.585,59	(46.558.416,97)	5.107.736.102,80
2095	79.125.927,18	32.841.446,22	1.106,59	(46.283.374,37)	5.312.242.571,08
2096	78.636.983,72	32.896.221,54	767,20	(45.739.994,98)	5.527.333.686,34
2097	77.738.704,01	32.966.993,63	529,74	(44.771.180,63)	5.753.954.589,70
2098	76.456.418,45	33.067.518,97	364,87	(43.388.534,61)	5.993.085.225,45

ANEXO III

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	40.404.037,06	42.539.071,85	2.482.055,43	4.617.090,22	184.064.598,48
2025	41.045.592,48	43.414.845,20	2.604.872,46	4.974.125,18	198.076.295,45
2026	42.356.994,20	44.415.551,16	2.878.536,38	4.937.093,34	212.738.934,90
2027	43.339.632,31	45.177.446,03	2.915.030,98	4.752.844,69	227.937.261,29
2028	45.072.564,27	45.991.515,26	3.104.542,69	4.023.493,68	243.152.474,51
2029	46.363.474,87	46.912.494,43	3.274.416,61	3.823.436,17	258.914.697,18
2030	46.619.907,30	47.729.293,25	3.258.034,74	4.367.420,69	275.994.829,49
2031	47.209.207,14	48.627.986,33	3.359.435,54	4.778.214,74	294.324.390,36
2032	47.559.954,05	49.531.608,12	3.371.802,39	5.343.456,46	314.119.174,39
2033	47.439.290,37	50.482.937,23	3.363.450,58	6.407.097,44	335.949.523,29
2034	47.537.550,93	49.564.079,45	3.358.083,39	5.384.611,92	357.829.256,80
2035	47.827.604,71	44.403.535,70	3.368.153,00	(55.916,01)	375.342.757,31
2036	49.178.140,62	44.974.418,95	3.521.687,25	(682.034,41)	393.090.052,28
2037	49.527.584,63	37.596.827,85	3.496.375,33	(8.434.381,45)	403.956.392,39
2038	49.672.699,24	36.169.010,63	3.473.261,61	(10.030.427,00)	413.760.224,26
2039	50.809.983,83	36.250.768,69	3.669.292,89	(10.889.922,26)	423.185.929,01
2040	51.602.877,44	36.301.036,08	3.664.428,90	(11.637.412,46)	432.326.945,66
2041	52.000.467,20	36.333.645,64	3.688.831,42	(11.977.990,14)	441.576.208,56
2042	52.930.636,88	36.353.499,65	3.682.006,13	(12.895.131,09)	450.362.469,31
2043	54.079.275,31	36.263.197,16	3.661.113,95	(14.154.964,20)	458.320.302,36
2044	54.974.290,11	36.159.301,72	3.595.058,40	(15.219.929,98)	465.603.899,22
2045	57.390.768,22	35.866.154,87	3.525.541,88	(17.999.071,46)	470.465.979,21
2046	58.895.223,16	35.726.269,57	3.443.343,77	(19.725.609,83)	473.840.248,96
2047	60.048.394,94	35.530.504,16	3.347.809,32	(21.170.081,46)	475.935.723,73
2048	60.563.723,60	35.419.545,10	3.231.808,30	(21.912.370,21)	477.391.797,56
2049	60.815.037,38	35.368.732,78	3.108.463,80	(22.337.840,80)	478.493.894,02
2050	60.718.538,78	35.436.451,22	2.979.360,10	(22.302.727,46)	479.685.216,76
2051	60.317.513,93	35.417.089,98	2.844.753,93	(22.055.670,01)	481.182.090,89
2052	59.875.442,20	35.448.232,31	2.709.087,50	(21.718.122,39)	483.090.009,16
2053	58.979.076,28	35.550.109,11	2.565.643,83	(20.863.323,34)	485.946.405,27
2054	58.091.312,29	35.689.516,39	2.426.803,89	(19.974.992,01)	489.831.381,76
2055	57.342.325,77	35.864.112,92	2.279.962,98	(19.198.249,87)	494.683.852,74
2056	56.342.608,02	36.075.862,53	2.138.894,40	(18.127.851,09)	500.844.978,82
2057	55.061.063,26	36.212.590,74	1.997.596,30	(16.850.876,22)	508.585.591,05
2058	53.353.345,07	36.393.619,69	1.855.974,14	(15.103.751,24)	518.453.392,33
2059	51.542.899,97	36.554.000,26	1.716.770,32	(13.272.129,40)	530.637.324,50
2060	49.569.854,41	36.703.398,99	1.584.467,80	(11.281.987,62)	545.409.629,51
2061	50.292.515,15	37.105.460,79	1.454.806,54	(11.732.247,81)	560.456.994,51
2062	50.073.881,79	37.148.589,07	1.330.772,94	(11.594.519,78)	576.380.913,15
2063	50.432.848,03	37.314.108,12	1.211.873,91	(11.906.866,00)	592.774.349,99
2064	50.896.456,14	37.411.130,96	1.097.428,56	(12.387.896,62)	609.491.673,95
2065	51.646.358,17	37.523.085,06	989.332,51	(13.133.940,60)	626.283.774,54
2066	52.896.786,93	37.654.137,97	887.464,31	(14.355.184,65)	642.679.123,22
2067	52.833.298,47	37.617.375,73	792.045,41	(14.423.877,33)	659.810.790,84
2068	53.395.991,29	37.765.631,37	702.769,66	(14.927.590,25)	677.279.910,42
2069	53.925.991,14	37.855.127,28	619.958,60	(15.450.905,25)	695.083.448,77
2070	53.888.527,58	37.898.141,03	543.596,07	(15.446.790,48)	713.765.255,63
2071	54.342.790,40	38.043.002,47	473.619,77	(15.826.168,16)	732.984.961,52
2072	54.803.605,43	38.146.365,47	409.932,06	(16.247.307,89)	752.727.215,23
2073	55.659.828,36	38.290.357,62	352.458,48	(17.017.012,27)	772.669.109,23

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	56.430.807,36	38.390.608,49	300.898,84	(17.739.300,03)	792.867.862,46
2075	57.166.866,45	38.499.624,11	254.933,28	(18.412.309,05)	813.385.365,46
2076	58.727.960,52	38.693.476,23	214.303,67	(19.820.180,62)	833.502.406,29
2077	60.094.605,63	38.793.535,56	178.607,44	(21.122.462,63)	853.304.911,80
2078	61.110.457,50	38.879.271,55	147.512,80	(22.083.673,16)	873.118.509,82
2079	62.835.975,19	39.067.046,70	120.690,21	(23.648.238,28)	892.340.390,36
2080	64.467.786,29	39.180.457,40	97.747,69	(25.189.581,20)	910.964.722,33
2081	65.819.491,05	39.275.554,45	78.328,96	(26.465.607,64)	929.227.482,56
2082	68.086.349,71	39.482.866,72	62.086,36	(28.541.396,63)	946.311.155,32
2083	69.927.989,12	39.561.594,84	48.632,43	(30.317.761,85)	962.457.271,21
2084	71.384.534,87	39.641.502,43	37.626,43	(31.705.406,01)	978.008.517,21
2085	72.905.458,56	39.760.163,29	28.735,35	(33.116.559,92)	992.912.175,49
2086	74.174.588,95	39.847.372,61	21.654,42	(34.305.561,92)	1.007.358.601,39
2087	75.444.033,87	39.952.886,63	16.110,19	(35.475.037,05)	1.021.344.871,67
2088	76.187.611,70	40.001.436,26	11.848,75	(36.174.326,69)	1.035.318.578,18
2089	77.033.136,21	40.103.145,55	8.629,51	(36.921.361,15)	1.049.231.359,22
2090	77.680.967,42	40.168.896,04	6.231,37	(37.505.840,00)	1.063.242.778,95
2091	78.125.751,09	40.227.557,96	4.468,45	(37.893.724,68)	1.077.554.274,72
2092	78.872.290,83	40.325.291,24	3.186,37	(38.543.813,22)	1.091.918.376,38
2093	79.365.348,62	40.362.324,75	2.256,28	(39.000.767,59)	1.106.530.801,07
2094	79.362.119,88	40.366.689,89	1.585,59	(38.993.844,40)	1.121.867.619,01
2095	79.125.927,18	40.387.431,21	1.106,59	(38.737.389,38)	1.138.213.929,72
2096	78.636.983,72	40.398.668,53	767,20	(38.237.547,99)	1.155.862.685,68
2097	77.738.704,01	40.386.285,64	529,74	(37.351.888,62)	1.175.263.654,92
2098	76.456.418,45	40.366.459,94	364,87	(36.089.593,63)	1.196.879.506,75

ANEXO IV

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	40.404.037,06	45.002.135,25	2.482.055,43	7.080.153,62	186.527.661,88
2025	41.045.592,48	46.018.245,93	2.604.872,46	7.577.525,92	203.263.696,00
2026	42.356.994,20	49.674.420,64	2.878.536,38	10.195.962,82	223.439.906,29
2027	43.339.632,31	53.203.649,49	2.915.030,98	12.779.048,16	247.189.853,84
2028	45.072.564,27	55.331.016,98	3.104.542,69	13.362.995,41	272.689.871,08
2029	46.363.474,87	56.345.391,18	3.274.416,61	13.256.332,92	299.335.276,66
2030	46.619.907,30	57.256.518,96	3.258.034,74	13.894.646,40	327.927.285,14
2031	47.209.207,14	58.250.484,30	3.359.435,54	14.400.712,70	358.429.227,55
2032	47.559.954,05	59.250.331,07	3.371.802,39	15.062.179,41	391.090.282,03
2033	47.439.290,37	60.298.847,41	3.363.450,58	16.223.007,62	426.515.822,50
2034	47.537.550,93	59.478.148,73	3.358.083,39	15.298.681,20	462.756.430,58
2035	47.827.604,71	54.416.745,67	3.368.153,00	9.957.293,97	495.435.065,29
2036	49.178.140,62	55.087.761,03	3.521.687,25	9.431.307,66	529.192.234,66
2037	49.527.584,63	47.811.303,34	3.496.375,33	1.780.094,04	556.955.667,42
2038	49.672.699,24	46.485.630,88	3.473.261,61	286.193,25	584.588.383,94
2039	50.809.983,83	46.670.555,14	3.669.292,89	(470.135,81)	612.821.537,78
2040	51.602.877,44	46.825.020,39	3.664.428,90	(1.113.428,14)	641.797.647,14
2041	52.000.467,20	46.962.869,80	3.688.831,42	(1.348.765,98)	671.961.145,64
2042	52.930.636,88	47.089.016,05	3.682.006,13	(2.159.614,69)	702.794.823,20
2043	54.079.275,31	47.106.068,73	3.661.113,95	(3.312.092,63)	733.989.956,39
2044	54.974.290,11	47.110.602,00	3.595.058,40	(4.268.629,70)	765.760.233,54
2045	57.390.768,22	46.926.968,15	3.525.541,88	(6.938.258,18)	796.420.802,83
2046	58.895.223,16	46.897.690,98	3.443.343,77	(8.554.188,41)	826.970.875,84
2047	60.048.394,94	46.813.639,79	3.347.809,32	(9.886.945,83)	857.688.200,01
2048	60.563.723,60	46.815.512,08	3.231.808,30	(10.516.403,22)	889.284.287,41
2049	60.815.037,38	46.878.659,44	3.108.463,80	(10.827.914,14)	922.120.231,78
2050	60.718.538,78	47.061.477,14	2.979.360,10	(10.677.701,53)	956.718.633,63
2051	60.317.513,93	47.158.366,17	2.844.753,93	(10.314.393,83)	993.379.124,71
2052	59.875.442,20	47.306.921,25	2.709.087,50	(9.859.433,45)	1.032.294.606,28
2053	58.979.076,28	47.527.384,94	2.565.643,83	(8.886.047,51)	1.074.094.223,94
2054	58.091.312,29	47.786.564,98	2.426.803,89	(7.877.943,42)	1.118.954.306,92
2055	57.342.325,77	48.082.131,99	2.279.962,98	(6.980.230,79)	1.166.914.732,60
2056	56.342.608,02	48.416.061,80	2.138.894,40	(5.787.651,82)	1.218.422.594,15
2057	55.061.063,26	48.676.192,00	1.997.596,30	(4.387.274,96)	1.273.859.868,56
2058	53.353.345,07	36.393.619,69	1.855.974,14	(15.103.751,24)	1.321.302.636,87
2059	51.542.899,97	36.554.000,26	1.716.770,32	(13.272.129,40)	1.372.906.466,94
2060	49.569.854,41	36.703.398,99	1.584.467,80	(11.281.987,62)	1.429.034.186,85
2061	50.292.515,15	37.105.460,79	1.454.806,54	(11.732.247,81)	1.487.467.517,61
2062	50.073.881,79	37.148.589,07	1.330.772,94	(11.594.519,78)	1.548.907.652,94
2063	50.432.848,03	37.314.108,12	1.211.873,91	(11.906.866,00)	1.613.052.152,69
2064	50.896.456,14	37.411.130,96	1.097.428,56	(12.387.896,62)	1.679.865.116,77
2065	51.646.358,17	37.523.085,06	989.332,51	(13.133.940,60)	1.749.212.553,41
2066	52.896.786,93	37.654.137,97	887.464,31	(14.355.184,65)	1.820.743.705,13
2067	52.833.298,47	37.617.375,73	792.045,41	(14.423.877,33)	1.895.718.343,72
2068	53.395.991,29	37.765.631,37	702.769,66	(14.927.590,25)	1.973.870.524,14
2069	53.925.991,14	37.855.127,28	619.958,60	(15.450.905,25)	2.055.336.661,62
2070	53.888.527,58	37.898.141,03	543.596,07	(15.446.790,48)	2.140.806.901,23
2071	54.342.790,40	38.043.002,47	473.619,77	(15.826.168,16)	2.230.094.351,92
2072	54.803.605,43	38.146.365,47	409.932,06	(16.247.307,89)	2.323.344.676,71
2073	55.659.828,36	38.290.357,62	352.458,48	(17.017.012,27)	2.420.403.888,07

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	56.430.807,36	38.390.608,49	300.898,84	(17.739.300,03)	2.521.506.418,94
2075	57.166.866,45	38.499.624,11	254.933,28	(18.412.309,05)	2.626.900.075,06
2076	58.727.960,52	38.693.476,23	214.303,67	(19.820.180,62)	2.736.060.688,12
2077	60.094.605,63	38.793.535,56	178.607,44	(21.122.462,63)	2.849.278.805,28
2078	61.110.457,50	38.879.271,55	147.512,80	(22.083.673,16)	2.967.094.721,46
2079	62.835.975,19	39.067.046,70	120.690,21	(23.648.238,28)	3.089.130.834,00
2080	64.467.786,29	39.180.457,40	97.747,69	(25.189.581,20)	3.215.617.576,75
2081	65.819.491,05	39.275.554,45	78.328,96	(26.465.607,64)	3.347.038.792,13
2082	68.086.349,71	39.482.866,72	62.086,36	(28.541.396,63)	3.482.837.000,20
2083	69.927.989,12	39.561.594,84	48.632,43	(30.317.761,85)	3.623.526.535,06
2084	71.384.534,87	39.641.502,43	37.626,43	(31.705.406,01)	3.769.736.281,92
2085	72.905.458,56	39.760.163,29	28.735,35	(33.116.559,92)	3.921.713.773,44
2086	74.174.588,95	39.847.372,61	21.654,42	(34.305.561,92)	4.079.964.357,80
2087	75.444.033,87	39.952.886,63	16.110,19	(35.475.037,05)	4.244.815.570,72
2088	76.187.611,70	40.001.436,26	11.848,75	(36.174.326,69)	4.417.061.688,56
2089	77.033.136,21	40.103.145,55	8.629,51	(36.921.361,15)	4.597.018.056,32
2090	77.680.967,42	40.168.896,04	6.231,37	(37.505.840,00)	4.785.225.802,88
2091	78.125.751,09	40.227.557,96	4.468,45	(37.893.724,68)	4.982.286.665,12
2092	78.872.290,83	40.325.291,24	3.186,37	(38.543.813,22)	5.188.373.127,16
2093	79.365.348,62	40.362.324,75	2.256,28	(39.000.767,59)	5.404.121.480,10
2094	79.362.119,88	40.366.689,89	1.585,59	(38.993.844,40)	5.630.470.000,38
2095	79.125.927,18	40.387.431,21	1.106,59	(38.737.389,38)	5.868.188.688,02
2096	78.636.983,72	40.398.668,53	767,20	(38.237.547,99)	6.118.079.204,61
2097	77.738.704,01	40.386.285,64	529,74	(37.351.888,62)	6.381.125.004,93
2098	76.456.418,45	40.366.459,94	364,87	(36.089.593,63)	6.658.348.649,05

ANEXO V

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO COM CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	40.404.037,06	44.643.396,69	2.482.055,43	6.721.415,06	186.168.923,32
2025	41.045.592,48	45.551.432,58	2.604.872,46	7.110.712,56	202.420.530,02
2026	42.356.994,20	46.601.318,54	2.878.536,38	7.122.860,72	219.482.238,76
2027	43.339.632,31	47.387.753,14	2.915.030,98	6.963.151,81	237.221.968,49
2028	45.072.564,27	48.165.625,08	3.104.542,69	6.197.603,51	255.067.170,65
2029	46.363.474,87	49.102.956,34	3.274.416,61	6.013.898,08	273.604.866,80
2030	46.619.907,30	49.904.269,79	3.258.034,74	6.542.397,23	293.581.262,99
2031	47.209.207,14	50.794.316,37	3.359.435,54	6.944.544,77	314.940.647,78
2032	47.559.954,05	51.687.681,43	3.371.802,39	7.499.529,77	337.903.763,36
2033	47.439.290,37	52.655.262,08	3.363.450,58	8.579.422,30	363.074.260,44
2034	47.537.550,93	51.756.745,24	3.358.083,39	7.577.277,70	388.478.484,32
2035	47.827.604,71	46.607.078,14	3.368.153,00	2.147.626,43	409.700.404,33
2036	49.178.140,62	47.143.710,81	3.521.687,25	1.487.257,44	431.303.951,63
2037	49.527.584,63	39.750.672,05	3.496.375,33	(6.280.537,25)	446.200.438,41
2038	49.672.699,24	38.322.851,76	3.473.261,61	(7.876.585,87)	460.232.294,06
2039	50.809.983,83	38.357.667,88	3.669.292,89	(8.783.023,06)	474.046.676,64
2040	51.602.877,44	38.388.060,07	3.664.428,90	(9.550.388,46)	487.771.980,00
2041	52.000.467,20	38.394.196,15	3.688.831,42	(9.917.439,64)	501.804.144,58
2042	52.930.636,88	38.365.471,49	3.682.006,13	(10.883.159,26)	515.559.568,82
2043	54.079.275,31	38.255.538,20	3.661.113,95	(12.162.623,16)	528.710.920,49
2044	54.974.290,11	38.122.786,43	3.595.058,40	(13.256.445,28)	541.414.181,41
2045	57.390.768,22	37.783.061,16	3.525.541,88	(16.082.165,17)	551.915.452,54
2046	58.895.223,16	37.595.940,42	3.443.343,77	(17.855.938,97)	561.158.562,29
2047	60.048.394,94	37.372.908,32	3.347.809,32	(19.327.677,30)	569.383.770,40
2048	60.563.723,60	37.236.004,54	3.231.808,30	(20.095.910,76)	577.244.602,77
2049	60.815.037,38	37.160.123,42	3.108.463,80	(20.546.450,16)	585.040.862,61
2050	60.718.538,78	37.234.042,24	2.979.360,10	(20.505.136,44)	593.261.232,52
2051	60.317.513,93	37.216.114,59	2.844.753,93	(20.256.645,41)	602.133.713,63
2052	59.875.442,20	37.263.449,94	2.709.087,50	(19.902.904,76)	611.795.574,21
2053	58.979.076,28	37.398.270,80	2.565.643,83	(19.015.161,64)	622.819.575,26
2054	58.091.312,29	37.545.366,19	2.426.803,89	(18.119.142,21)	635.280.874,19
2055	57.342.325,77	37.765.989,58	2.279.962,98	(17.296.373,20)	649.176.791,91
2056	56.342.608,02	38.033.215,29	2.138.894,40	(16.170.498,33)	664.880.874,07
2057	55.061.063,26	38.218.305,31	1.997.596,30	(14.845.161,65)	682.681.363,33
2058	53.353.345,07	38.443.647,95	1.855.974,14	(13.053.722,98)	703.147.295,30
2059	51.542.899,97	38.644.742,52	1.716.770,32	(11.181.387,14)	726.490.440,36
2060	49.569.854,41	38.831.014,41	1.584.467,80	(9.154.372,20)	753.006.748,78
2061	50.292.515,15	39.264.922,20	1.454.806,54	(9.572.786,40)	780.406.593,74
2062	50.073.881,79	39.317.534,47	1.330.772,94	(9.425.574,38)	809.298.983,11
2063	50.432.848,03	39.492.897,82	1.211.873,91	(9.728.076,30)	839.307.486,88
2064	50.896.456,14	39.591.200,69	1.097.428,56	(10.207.826,89)	870.309.657,60
2065	51.646.358,17	39.703.266,28	989.332,51	(10.953.759,38)	902.088.102,41
2066	52.896.786,93	39.832.559,73	887.464,31	(12.176.762,90)	934.203.865,34
2067	52.833.298,47	39.791.285,65	792.045,41	(12.249.967,40)	967.823.307,72
2068	53.395.991,29	39.942.955,84	702.769,66	(12.750.265,78)	1.002.593.166,35
2069	53.925.991,14	40.032.263,66	619.958,60	(13.273.768,88)	1.038.546.721,94
2070	53.888.527,58	40.075.616,23	543.596,07	(13.269.315,28)	1.076.270.050,70
2071	54.342.790,40	40.224.457,87	473.619,77	(13.644.712,77)	1.115.470.197,43
2072	54.803.605,43	40.329.099,90	409.932,06	(14.064.573,47)	1.156.175.210,66
2073	55.659.828,36	40.474.604,84	352.458,48	(14.832.765,04)	1.198.110.648,46

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	56.430.807,36	40.574.145,24	300.898,84	(15.555.763,28)	1.241.382.118,02
2075	57.166.866,45	40.683.340,59	254.933,28	(16.228.592,58)	1.286.105.387,43
2076	58.727.960,52	40.877.858,29	214.303,67	(17.635.798,56)	1.331.617.363,40
2077	60.094.605,63	40.973.766,73	178.607,44	(18.942.231,47)	1.378.057.544,47
2078	61.110.457,50	41.056.738,11	147.512,80	(19.906.206,59)	1.425.813.963,32
2079	62.835.975,19	41.244.114,88	120.690,21	(21.471.170,10)	1.474.350.258,82
2080	64.467.786,29	41.352.972,94	97.747,69	(23.017.065,66)	1.523.723.790,86
2081	65.819.491,05	41.444.196,88	78.328,96	(24.296.965,20)	1.574.241.663,79
2082	68.086.349,71	41.649.373,75	62.086,36	(26.374.889,60)	1.625.162.039,89
2083	69.927.989,12	41.720.355,35	48.632,43	(28.159.001,34)	1.676.798.494,71
2084	71.384.534,87	41.795.144,34	37.626,43	(29.551.764,10)	1.729.577.536,70
2085	72.905.458,56	41.910.986,98	28.735,35	(30.965.736,24)	1.783.534.057,51
2086	74.174.588,95	41.995.010,81	21.654,42	(32.157.923,73)	1.838.947.656,01
2087	75.444.033,87	42.098.641,59	16.110,19	(33.329.282,09)	1.895.910.703,83
2088	76.187.611,70	42.144.994,35	11.848,75	(34.030.768,60)	1.954.969.150,79
2089	77.033.136,21	42.247.450,75	8.629,51	(34.777.055,95)	2.016.181.080,14
2090	77.680.967,42	42.312.948,10	6.231,37	(35.361.787,94)	2.079.813.783,24
2091	78.125.751,09	42.372.241,64	4.468,45	(35.749.041,00)	2.146.183.598,99
2092	78.872.290,83	42.471.353,72	3.186,37	(36.397.750,74)	2.215.163.462,97
2093	79.365.348,62	42.507.448,74	2.256,28	(36.855.643,60)	2.287.072.345,40
2094	79.362.119,88	42.511.926,90	1.585,59	(36.848.607,40)	2.362.518.990,16
2095	79.125.927,18	42.535.390,35	1.106,59	(36.589.430,24)	2.441.929.242,33
2096	78.636.983,72	42.550.360,69	767,20	(36.085.855,84)	2.525.742.112,30
2097	77.738.704,01	42.542.757,57	529,74	(35.195.416,70)	2.614.560.633,31
2098	76.456.418,45	42.529.658,18	364,87	(33.926.395,39)	2.709.009.165,02

ANEXO VI

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA – CENÁRIO SALÁRIO-MÍNIMO COM CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	40.404.037,06	46.934.618,45	2.482.055,43	9.012.636,82	188.460.145,08
2025	41.045.592,48	47.865.566,56	2.604.872,46	9.424.846,55	207.138.384,75
2026	42.356.994,20	51.275.869,19	2.878.536,38	11.797.411,37	229.106.290,81
2027	43.339.632,31	54.587.729,78	2.915.030,98	14.163.128,44	254.518.538,13
2028	45.072.564,27	56.488.166,64	3.104.542,69	14.520.145,06	281.535.543,42
2029	46.363.474,87	57.508.723,31	3.274.416,61	14.419.665,05	309.778.603,65
2030	46.619.907,30	58.394.094,43	3.258.034,74	15.032.221,87	340.020.954,96
2031	47.209.207,14	59.369.039,25	3.359.435,54	15.519.267,66	372.235.251,51
2032	47.559.954,05	60.348.151,55	3.371.802,39	16.159.999,89	406.672.002,24
2033	47.439.290,37	61.402.336,90	3.363.450,58	17.326.497,11	443.966.094,67
2034	47.537.550,93	60.591.290,80	3.358.083,39	16.411.823,26	482.176.653,18
2035	47.827.604,71	55.529.969,16	3.368.153,00	11.070.517,45	516.922.044,30
2036	49.178.140,62	56.155.830,74	3.521.687,25	10.499.377,37	552.802.294,05
2037	49.527.584,63	48.852.913,18	3.496.375,33	2.821.703,88	582.766.590,57
2038	49.672.699,24	47.516.115,30	3.473.261,61	1.316.677,67	612.697.107,84
2039	50.809.983,83	47.642.864,06	3.669.292,89	502.173,12	643.282.708,95
2040	51.602.877,44	47.766.108,21	3.664.428,90	(172.340,33)	674.695.549,63
2041	52.000.467,20	47.866.024,77	3.688.831,42	(445.611,02)	707.377.490,10
2042	52.930.636,88	47.932.018,39	3.682.006,13	(1.316.612,35)	740.793.112,51
2043	54.079.275,31	47.917.750,58	3.661.113,95	(2.500.410,78)	774.665.643,55
2044	54.974.290,11	47.881.620,93	3.595.058,40	(3.497.610,78)	809.204.115,87
2045	57.390.768,22	47.639.484,00	3.525.541,88	(6.225.742,33)	842.710.295,63
2046	58.895.223,16	47.550.927,49	3.443.343,77	(7.900.951,90)	876.186.419,24
2047	60.048.394,94	47.427.445,27	3.347.809,32	(9.273.140,35)	909.934.032,08
2048	60.563.723,60	47.391.086,85	3.231.808,30	(9.940.828,45)	944.670.964,60
2049	60.815.037,38	47.416.756,56	3.108.463,80	(10.289.817,02)	980.764.491,94
2050	60.718.538,78	47.593.241,70	2.979.360,10	(10.145.936,97)	1.018.774.091,52
2051	60.317.513,93	47.678.906,05	2.844.753,93	(9.793.853,94)	1.059.002.045,47
2052	59.875.442,20	47.830.869,31	2.709.087,50	(9.335.485,39)	1.101.663.560,52
2053	58.979.076,28	48.071.364,37	2.565.643,83	(8.342.068,07)	1.147.413.173,26
2054	58.091.312,29	48.325.190,69	2.426.803,89	(7.339.317,71)	1.196.411.842,36
2055	57.342.325,77	48.653.612,33	2.279.962,98	(6.408.750,45)	1.248.746.913,37
2056	56.342.608,02	49.029.714,27	2.138.894,40	(5.173.999,35)	1.304.886.387,47
2057	55.061.063,26	49.324.769,28	1.997.596,30	(3.738.697,68)	1.365.217.611,41
2058	53.353.345,07	38.443.647,95	1.855.974,14	(13.053.722,98)	1.419.196.073,15
2059	51.542.899,97	38.644.742,52	1.716.770,32	(11.181.387,14)	1.477.697.213,21
2060	49.569.854,41	38.831.014,41	1.584.467,80	(9.154.372,20)	1.541.097.774,18
2061	50.292.515,15	39.264.922,20	1.454.806,54	(9.572.786,40)	1.607.192.888,49
2062	50.073.881,79	39.317.534,47	1.330.772,94	(9.425.574,38)	1.676.680.484,93
2063	50.432.848,03	39.492.897,82	1.211.873,91	(9.728.076,30)	1.749.277.420,43
2064	50.896.456,14	39.591.200,69	1.097.428,56	(10.207.826,89)	1.824.959.114,89
2065	51.646.358,17	39.703.266,28	989.332,51	(10.953.759,38)	1.903.610.848,06
2066	52.896.786,93	39.832.559,73	887.464,31	(12.176.762,90)	1.984.901.377,79
2067	52.833.298,47	39.791.285,65	792.045,41	(12.249.967,40)	2.070.110.068,04
2068	53.395.991,29	39.942.955,84	702.769,66	(12.750.265,78)	2.159.002.206,60
2069	53.925.991,14	40.032.263,66	619.958,60	(13.273.768,88)	2.251.735.446,07
2070	53.888.527,58	40.075.616,23	543.596,07	(13.269.315,28)	2.349.026.341,18
2071	54.342.790,40	40.224.457,87	473.619,77	(13.644.712,77)	2.450.718.821,77
2072	54.803.605,43	40.329.099,90	409.932,06	(14.064.573,47)	2.556.984.542,46
2073	55.659.828,36	40.474.604,84	352.458,48	(14.832.765,04)	2.667.699.718,45

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	56.430.807,36	40.574.145,24	300.898,84	(15.555.763,28)	2.783.128.011,34
2075	57.166.866,45	40.683.340,59	254.933,28	(16.228.592,58)	2.903.551.004,12
2076	58.727.960,52	40.877.858,29	214.303,67	(17.635.798,56)	3.028.479.559,87
2077	60.094.605,63	40.973.766,73	178.607,44	(18.942.231,47)	3.158.235.674,79
2078	61.110.457,50	41.056.738,11	147.512,80	(19.906.206,59)	3.293.398.839,83
2079	62.835.975,19	41.244.114,88	120.690,21	(21.471.170,10)	3.433.633.552,77
2080	64.467.786,29	41.352.972,94	97.747,69	(23.017.065,66)	3.579.207.894,55
2081	65.819.491,05	41.444.196,88	78.328,96	(24.296.965,20)	3.730.650.036,97
2082	68.086.349,71	41.649.373,75	62.086,36	(26.374.889,60)	3.887.450.064,19
2083	69.927.989,12	41.720.355,35	48.632,43	(28.159.001,34)	4.050.164.861,00
2084	71.384.534,87	41.795.144,34	37.626,43	(29.551.764,10)	4.219.476.191,57
2085	72.905.458,56	41.910.986,98	28.735,35	(30.965.736,24)	4.395.686.736,34
2086	74.174.588,95	41.995.010,81	21.654,42	(32.157.923,73)	4.579.357.031,37
2087	75.444.033,87	42.098.641,59	16.110,19	(33.329.282,09)	4.770.874.179,52
2088	76.187.611,70	42.144.994,35	11.848,75	(34.030.768,60)	4.971.093.333,13
2089	77.033.136,21	42.247.450,75	8.629,51	(34.777.055,95)	5.180.396.959,84
2090	77.680.967,42	42.312.948,10	6.231,37	(35.361.787,94)	5.399.392.662,63
2091	78.125.751,09	42.372.241,64	4.468,45	(35.749.041,00)	5.628.753.801,36
2092	78.872.290,83	42.471.353,72	3.186,37	(36.397.750,74)	5.868.727.862,27
2093	79.365.348,62	42.507.448,74	2.256,28	(36.855.643,60)	6.120.026.756,71
2094	79.362.119,88	42.511.926,90	1.585,59	(36.848.607,40)	6.383.671.463,07
2095	79.125.927,18	42.535.390,35	1.106,59	(36.589.430,24)	6.660.520.301,66
2096	78.636.983,72	42.550.360,69	767,20	(36.085.855,84)	6.951.465.992,64
2097	77.738.704,01	42.542.757,57	529,74	(35.195.416,70)	7.257.587.556,18
2098	76.456.418,45	42.529.658,18	364,87	(33.926.395,39)	7.580.008.709,80

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE GURUPI – GURUPI PREV

AVALIAÇÃO ATUARIAL COM AS REGRAS ANTERIORES À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

DATA-BASE DO CADASTRO: novembro/2023

DATA-BASE DA AVALIAÇÃO: dezembro/2023

ANTONIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA
Atuário - MIBA nº1.162

Brasília - DF, novembro/2024

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO 3
2. OBJETIVO 3
3. CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E VALORES DOS BENEFÍCIOS - AMPARO LEGAL 4
4. BENEFÍCIOS ASSEGURADOS 5
5. ELEGIBILIDADES PARA OS BENEFÍCIOS 6
6. PREMISSAS ATUARIAIS 6
7. REGIMES ATUARIAIS 8
8. DESCRIÇÃO DO CADASTRO 8
9. ESTATÍSTICAS DO UNIVERSO DE SEGURADOS DO RPPS E DOS MANTIDOS PELO TESOURO 8
10. CONSISTÊNCIA DOS DADOS 9
11. PASSIVO ATUARIAL 10
12. RESULTADOS DA PROJEÇÃO ATUARIAL 15
13. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 15
14. PLANO DE CUSTEIO ANUAL 16
15. PARECER ATUARIAL 17

ANEXOS

RPPS - FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ATUAL – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA 21

RPPS - FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA 24

RPPS - DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS EM CONFORMIDADE COM A LRF 27

RPPS - CONTABILIZAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS 30

1. APRESENTAÇÃO

O ordenamento jurídico que disciplina os Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, consubstanciada nas Emendas Constitucionais nºs 20, de 15/12/98, 41, de 19/12/2003, 47, de 05/07/2005, 70, de 29/03/2012, 88, de 07/05/2015, e 103, de 12/11/2019, nas Leis nºs 10.887, de 18/06/2004, e 9.717, de 27/11/98, e demais normativos do Ministério da Previdência Social (MPS), instituiu um conjunto de ações de cunho financeiro, econômico e atuarial a serem observadas pelos entes federativos.

A exigência de realização de estudo atuarial com o objetivo de monitorar o equilíbrio econômico-financeiro presente e futuro dos respectivos regimes próprios visa assegurar a necessária solvência para o cumprimento das obrigações previdenciárias que lhes são pertinentes.

O estudo atuarial, conforme estabelecido na Lei nº 9.717/98, deve ser efetuado em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período. Dessa forma, esta avaliação atuarial contempla a atualização da análise das obrigações e dos direitos futuros concernentes ao RPPS do município de Gurupi-TO, cabendo o estudo da sua dimensão e do seu comportamento ao longo do período de 75 anos estimados pela legislação como tempo mínimo de sobrevida do regime previdenciário.

Neste documento estão retratados os resultados da avaliação atuarial com posição em 31/12/2023.

2. OBJETIVO

O estudo prospectivo das obrigações do RPPS tem por objetivo mensurar o grau de solvência econômico-financeira necessário para manter os benefícios de natureza previdenciária devidos aos servidores públicos efetivos e respectivos dependentes, qualificados na forma da Lei Municipal que instituiu e regulamentou o regime de previdência social dos servidores públicos municipais.

Como resultados do estudo atuarial, serão quantificados para o RPPS:

- O custo previdenciário de todos os benefícios oferecidos em seu regulamento;
- As reservas necessárias ao pagamento dos benefícios previdenciários estruturados em regime financeiro de capitalização;
- As alíquotas de contribuição que equilibram financeira e economicamente o modelo previdenciário;
- As projeções atuariais de receitas e de despesas com o pagamento de benefícios e despesas administrativas do Instituto para o período de 75 anos;
- Os quantitativos esperados para os grupos de ativos, inativos e pensionistas para o período de 75 anos.

Levando-se em conta a elaboração de projeções para o período de 75 anos, cumpre-nos destacar que este estudo atuarial foi realizado dentro da *visão prospectiva* de ocorrência dos fatos, consistindo, então, em uma análise de inferência do que se estima ser observado ao longo deste período, razão pela qual os resultados devem ser interpretados dentro desta ótica. Eventuais desvios entre o comportamento esperado e a verdadeira ocorrência dos fatos relevantes aqui estimados poderão ocorrer, dada a natureza probabilística dos eventos tratados na avaliação atuarial, o que reforça a necessidade de revisões anuais, conforme prevê a Lei nº 9.717/98 ao exigir a reavaliação atuarial em cada balanço.

3. CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E VALORES DOS BENEFÍCIOS - AMPARO LEGAL

O trabalho de avaliação atuarial foi desenvolvido em observância à Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais, Resoluções e Portarias do Ministério da Previdência Social (MPS) aplicáveis ao assunto, em especial àquelas relacionadas a seguir:

- Constituição Federal, art. 40;
- Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/03, nº 47/05, nº 70/12 e nº 88/15;

- Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;
- Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, a ser aplicada subsidiariamente ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999;
- Decreto 10.188, de 20 de dezembro de 2019;
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022;
- Lei Complementar Municipal nº 17, de 18 de junho de 2011;
- Lei Complementar Municipal nº 18, de 25 de novembro de 2011; e
- Lei Complementar Municipal nº 32, de 2 de junho de 2021.

4. BENEFÍCIOS ASSEGURADOS

Os benefícios assegurados pelo RPPS são:

- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- Aposentadoria compulsória; e
- Pensão por morte.

5. ELEGIBILIDADES PARA OS BENEFÍCIOS

As condições de elegibilidade e regras de cálculo dos benefícios estão definidas no art. 40 da Constituição Federal e nas Emendas Constitucionais nºs 20/98, 41/03, 47/05, 70/12 e 88/15, bem como na legislação municipal que regulamenta o RPPS.

6. PREMISSAS ATUARIAIS

As hipóteses atuariais compreendem o conjunto de premissas que serão utilizadas na avaliação para determinar o comportamento das variáveis envolvidas na quantificação das obrigações previdenciárias do RPPS.

As hipóteses atuariais empregadas neste estudo foram definidas em conformidade com o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022:

- *Taxa anual de juros real a ser utilizada na determinação dos valores presentes atuariais das obrigações e receitas futuras do regime próprio, bem como nas projeções de ganhos financeiros futuros do patrimônio do regime próprio:* **4,91% a.a., selecionada com base na duração do passivo do plano e na ETTJ divulgada pela Portaria MPS nº 3.289/2023;**
- *Tábuas biométricas que serão aplicadas para refletir a expectativa de ocorrência de eventos de mortalidade, sobrevivência e entrada em invalidez:*
  - Sobrevivência de válidos: **IBGE-2022**;
  - Mortalidade de válidos: **IBGE-2022**;
  - Sobrevivência de inválidos**: IBGE-2022**;
  - Mortalidade de inválidos: **IBGE-2022**;
  - Entrada em Invalidez: **Álvaro Vindas**;
- *Hipótese de família-padrão para o pagamento de pensão:* **dados reais dos dependentes e, na ausência, usou-se uma família média composta por cônjuge mais jovem três anos, quando o titular é do gênero masculino, e mais velho três anos, quando o titular é do gênero feminino, e dois filhos**

com diferenças de idades de vinte e dois e vinte e quatro anos para a idade da mãe;

- *Crescimento Salarial por Mérito:* **1% ao ano**;
- *Crescimento Salarial por Produtividade:* **0,00%a.a.**;
- *Crescimento Real dos Benefícios:* **0% ao ano**;
- *Fator de Capacidade Salarial*: **0,9842, que equivale a uma inflação anual de 3,55% utilizada na grade de parâmetros macroeconômicos, conforme exigido pela Portaria MTP nº 1.467/2022;**
- *Fator de Capacidade de Benefícios*: **0, 9842, que equivale a uma inflação anual de 3,55% utilizada na grade de parâmetros macroeconômicos, conforme exigido pela Portaria MTP nº 1.467/2022;**
- *Indexador do sistema previdencial*: **INPC**;
- *Rotatividade (turn-over):* **1%a.a.;**
- *Reposição do Contingente de Servidores Ativos:* **reposição de 1:1;**
- *Idade de início da fase de contribuição ao regime previdenciário, para efeito de cálculo do tempo passado de cada servidor e da compensação previdenciária:* **utilizou-se as informações de tempo de serviço anterior informadas no cadastro**;
- *Custo Administrativo:* **3,00% incidente sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos do ano anterior;**
- *Hipótese de entrada em aposentadoria:* **primeira elegibilidade.**

7. REGIMES ATUARIAIS

Os regimes financeiros (atuariais) utilizados na presente avaliação foram os de capitalização (método Agregado) para as aposentadorias e pensões e de repartição simples para a despesa administrativa.

As definições para esses regimes são aquelas tradicionalmente adotadas na literatura universal sobre o assunto. O regime de capitalização pressupõe a formação de reservas financeiras de longo prazo, geradas a partir das contribuições do ente público e dos servidores, bem como dos rendimentos financeiros auferidos a partir do investimento em mercado dessas contribuições.

O regime financeiro de repartição simples se caracteriza pela contemporaneidade entre as receitas e despesas previdenciárias. As alíquotas de contribuição são definidas a cada período de forma a custear integralmente os benefícios pagos no mesmo período. Nesse regime não são constituídas reservas e as receitas auferidas no período são integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios do mesmo período.

8. DESCRIÇÃO DO CADASTRO

O cadastro utilizado na avaliação atuarial contém as informações do grupo de segurados vinculado ao RPPS, sendo todas as informações referentes a novembro de 2023.

9. ESTATÍSTICAS DO UNIVERSO DE SEGURADOS DO RPPS E DOS MANTIDOS PELO TESOURO

Um resumo das características dos segurados está apresentado a seguir.

TABELA 1 - SERVIDORES ATIVOS

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Quantidade	2.863
Idade atual (anos)	43,4

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Salário (R$)	3.047,55
Tempo de Serviço Total (anos)	16,9
Tempo de Serviço no Ente (anos)	11,0
Tempo de Serviço Anterior (anos)	5,9

TABELA 2 - APOSENTADOS

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Quantidade	630
Idade atual (anos)	65,5
Benefício (R$)	3.775,43

TABELA 3 - PENSIONISTAS

ESTATÍSTICA	31/12/2023
Quantidade	135
Idade atual (anos)	57,4
Benefício (R$)	2.119,93

10.CONSISTÊNCIA DOS DADOS

Os dados utilizados nesta avaliação atuarial foram submetidos aos processos usuais de análise e crítica de dados.

As informações foram analisadas através de testes de consistência e consideradas de boa qualidade.

Os dados relativos ao tempo de contribuição para outros regimes dos servidores ativos que não foram informados pelo instituto tiveram que ser estimados com base nas disposições legais pertinentes.

11.PASSIVO ATUARIAL

O Quadro seguinte apresenta o balanço atuarial calculado com base nas regras de cálculo, elegibilidades e nas alíquotas vigentes em 31/12/2023, conforme informações enviadas pelo órgão gestor do RPPS.

O balanço atuarial contempla apenas os benefícios estruturados em regime financeiro de capitalização.

O plano de custeio utilizado no cálculo da situação atuarial do Instituto é composto pelas seguintes alíquotas:

- 14,56% para os servidores ativos, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição;
- 14,00% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- 14,00% para o município, incidentes sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos, a título de contribuição ordinária.

TABELA 4 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÃO ATUAL

RUBRICA	31/12/2023
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	**908.772.924,97**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	**480.651.916,06**
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	**298.337.852,97**
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	291.626.101,64
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	6.711.751,33
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	**796.124.229,61**
Valor Presente das Aposentadorias	632.910.443,05
Valor Presente das Pensões	163.213.786,56
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	**30.632.993,20**
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	**47.767.453,78**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	**428.121.008,91**
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	**455.950.584,79**
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	363.883.292,89
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	99.942.971,72
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	7.875.679,82
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	**27.829.575,88**
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	**113.545.087,17**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	**171.049.002,25**
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (-)Déficit/(+)Superávit	**(624.178.835,55)**

TABELA 5 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÃO FUTURA

RUBRICA	31/12/2023
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	**(175.025.071,18)**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	**(175.025.071,18)**
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	**383.075.594,97**
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	383.075.594,97
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	0,00
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	**167.811.490,70**
Valor Presente das Aposentadorias	147.039.857,10
Valor Presente das Pensões	20.771.633,60
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	**40.239.033,09**
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	**0,00**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	**0,00**
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	**0,00**
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	0,00
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	0,00
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	0,00
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	**0,00**
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	**0,00**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	**0,00**
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (-)Déficit/(+)Superávit	**175.025.071,18**

TABELA 6 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA

RUBRICA	31/12/2023
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	**733.747.853,79**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	**305.626.844,88**
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	**681.413.447,94**
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	674.701.696,61
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	6.711.751,33
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	**963.935.720,31**
Valor Presente das Aposentadorias	779.950.300,15
Valor Presente das Pensões	183.985.420,16
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	**70.872.026,29**
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	**47.767.453,78**
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	**428.121.008,91**
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	**455.950.584,79**
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	363.883.292,89
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	99.942.971,72
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	7.875.679,82
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	**27.829.575,88**
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	**113.545.087,17**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	**171.049.002,25**
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (-)Déficit/(+)Superávit	**(449.153.764,37)**

O Valor Presente dos Benefícios Futuros representa o somatório dos benefícios futuros prometidos aos servidores e seus dependentes, quer estejam adquiridos ou não, fundados ou não. Refere-se, pois, ao montante de recursos que deve estar reunido numa determinada data para assegurar o pagamento de todos os benefícios prometidos a esses segurados no futuro sem que haja a necessidade de qualquer outra contribuição adicional ao plano.

O Valor Presente das Contribuições Futuras, por sua vez, representa o somatório das contribuições futuras, a serem pagas pelos segurados e pelo ente municipal, devendo ser suficiente para amortizar o correspondente ao Valor Presente dos Benefícios Futuros desses indivíduos, considerando o período de atividade do servidor e o patrimônio líquido existente na data da avaliação atuarial. Nos valores presentes das contribuições futuras estão inseridas, ainda, as contribuições que serão arrecadadas dos aposentados e pensionistas, pois segundo as determinações da legislação municipal, esses grupos deverão pagar contribuições sobre a parcela dos benefícios que exceder o teto do RGPS.

A reserva matemática ou passivo atuarial representa a obrigação do fundo de previdência para com os seus segurados e dependentes até a extinção da massa. Em outras palavras, a reserva matemática é o montante que já deveria estar constituído no regime de previdência se todas as hipóteses e premissas da avaliação atuarial tivessem sido confirmadas na prática e se as contribuições normais e suplementares tivessem sido corretamente aportadas. O confronto entre a reserva matemática e o valor do ativo líquido do plano resultará na situação atuarial do regime de previdência, que poderá ser superavitária, deficitária ou nula.

Os resultados foram agrupados em Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos, sendo que o primeiro grupo representa os direitos e obrigações do regime de previdência para com os indivíduos que ainda não estão em gozo de benefícios, compostos pelos atuais servidores ativos e seus dependentes, bem como pelos futuros servidores ativos. O grupo dos benefícios concedidos se refere aos atuais aposentados e pensionistas, que já estão em gozo de benefícios.

Conforme informação prestada pelo órgão gestor do RPPS, o valor do ativo líquido do plano, em 31/12/2023, era de R$ 171.049.002,25.

Observa-se, como resultado da avaliação atuarial, que o RPPS apresenta um déficit atuarial, **relativo à geração atual**, de R$ 624.178.835,55, considerando-se as premissas utilizadas, as regras das Emendas Constitucionais nºs 41/03, 47/05, 70/12 e 88/15 e as alíquotas de contribuições mencionadas anteriormente.

12.RESULTADOS DA PROJEÇÃO ATUARIAL

As projeções atuariais para o período de 75 anos, conforme determina a legislação, encontram-se listadas no anexo II deste relatório, considerando as taxas de contribuição atualmente em vigor no regime de previdência municipal. No quadro estão apresentados os valores estimados dos pagamentos e recebimentos do RPPS ao longo do período de 75 anos, considerando-se a população atual e futura de servidores ativos, inativos e pensionistas. Também consta do referido quadro o valor esperado para o resultado previdenciário em cada exercício futuro e para o saldo financeiro.

A análise dos quadros de projeções atuariais revela que a partir de 2024 o montante anual das despesas com benefícios e administrativa do RPPS ultrapassará o total de receitas de contribuições arrecadadas no exercício, considerando-se o custeio ordinário, sendo necessária a definição de fonte de custeio extraordinário.

13.COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Conforme prevê a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência estaduais e municipais, uma parcela do passivo atuarial é de responsabilidade do RGPS.

Nesta avaliação os valores de compensação previdenciária foram estimados com base na hipótese de idade de início da fase contributiva para regime previdenciário, limitando-se o valor da compensação a 6% do valor presente dos benefícios futuros da geração atual de segurados.

14.PLANO DE CUSTEIO ANUAL

Os quadros seguintes resumem as alíquotas de custos para o financiamento do regime de previdência municipal.

Os custos do primeiro quadro estão apresentados por tipo de benefício e são aqueles que equilibram o regime de previdência face aos benefícios que necessita pagar aos seus segurados. Os valores representam os custos dos benefícios do plano, expressos em percentagens incidentes sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos. Para efeito de cálculo do custo, os benefícios dos aposentados e pensionistas foram considerados pelos valores líquidos, ou seja, deduzidos das contribuições que deverão aportar ao regime de previdência.

TABELA 7 - CUSTOS DOS BENEFÍCIOS

BENEFÍCIO	CUSTEIO DE EQUILÍBRIO (EM %)
Aposentadoria programada	19,02%
Aposentadoria por invalidez	1,30%
Pensão de aposentadoria programada	3,15%
Pensão de invalidez	0,17%
Pensão de ativo	1,92%
Despesas Administrativas	3,00%
Custo Total	**28,56%**

TABELA 8 - PLANO DE CUSTEIO ORDINÁRIO PROPOSTO PARA 2024

CONTRIBUINTE	ALÍQUOTA (%)
Ente público (contribuição ordinária sobre salários)	14,56%
Ente público (aportes extraordinários)	Conforme o plano de amortização
Servidor ativo	14,00%
Servidor inativo (contribuição sobre a parcela excedente ao teto do RGPS)	14,00%

CONTRIBUINTE	ALÍQUOTA (%)
Pensionista (contribuição sobre a parcela excedente ao teto do RGPS)	14,00%

15.PARECER ATUARIAL

A avaliação atuarial do RPPS do município de Gurupi-TO revelou a existência de um déficit atuarial, em relação à geração atual de segurados, evidenciando a insuficiência do custeio atual frente às obrigações previdenciárias assumidas pelo referido regime.

Conforme demonstrado no quadro do balanço atuarial, o regime de previdência do município apresenta uma insuficiência atuarial, em relação à geração atual, de R$ 624.178.835,55, cujo valor representa a diferença entre as reservas matemáticas (R$ 908.772.924,97) e o valor do patrimônio existente em dezembro de 2023 (R$ 171.049.002,25) adicionado do valor atual dos parcelamentos (R$ 113.545.087,17).

Apresenta-se, na tabela seguinte, a composição do patrimônio do plano em conformidade com as informações prestadas no DAIR, bem como as reservas matemáticas do plano de benefícios do RPPS.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL – BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO (R$)	GERAÇÕES FUTURAS (R$)	GRUPO ABERTO CONSOLIDADO (R$)
Valor atual das remunerações futuras	1.021.099.773,22	1.341.301.102,85	2.362.400.876,07
ATIVO	**171.049.002,25**	**-**	**171.049.002,25**
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme a DAIR	171.049.002,25	-	171.049.002,25
Créditos a receber cfe. art. 17 §5º da Portaria MPS 403/08	-	-	-
Propriedades para investimentos (imóveis)	-	-	-
Direitos sobre royalties	-	-	-
Bens, direitos e demais ativos	-	-	-
PMBC	**455.950.584,79**	**-**	455.950.584,79
VPABF – CONCEDIDOS	463.826.264,61	-	463.826.264,61
(-) VACF – CONCEDIDO - ENTE	-	-	-
(-) VACF – CONCEDIDO - APOSENTADOS E PENS.	(7.875.679,82)	-	(7.875.679,82)
PMBaC	**528.419.369,84**	**(175.025.071,18)**	**353.394.298,66**
VPABF – A CONCEDER	789.412.478,28	167.811.490,71	957.223.968,99
(-) VACF – A CONCEDER - ENTE	(133.355.636,60)	(175.173.924,03)	(308.529.560,63)
(-) VACF – A CONCEDER – SERVIDORES ATIVOS	(127.637.471,85)	(167.662.637,86)	(295.300.109,71)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL – BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO (R$)	GERAÇÕES FUTURAS (R$)	GRUPO ABERTO CONSOLIDADO (R$)
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL	**984.369.954,63**	**(175.025.071,18)**	**809.344.883,45**
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	**(75.597.029,66)**	-	**(75.597.029,66)**
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	-	-	-
VALOR ATUAL DOS PARCELAMENTOS	**113.545.087,17**	-	**113.545.087,17**
RESULTADO ATUARIAL	**(624.178.835,55)**	**175.025.071,18**	**(449.153.764,37)**
(Déficit atuarial/ superávit atuarial / equilíbrio atuarial)	(624.178.835,55)	175.025.071,18	(449.153.764,37)

No desenvolvimento da presente avaliação foram utilizadas as premissas e hipóteses atuariais relacionadas no relatório de avaliação atuarial, bem como a legislação constitucional, federal e municipal que regulam o funcionamento dos regimes de previdência dos servidores públicos e, em especial, do RPPS de Gurupi-TO.

O cadastro utilizado na avaliação atuarial contém as informações do grupo de segurados vinculado ao plano de benefícios, sendo todas as informações referentes a novembro de 2023.

O montante da folha salarial utilizado nas projeções foi de R$ 8.725.140,01.

As hipóteses atuariais estão descritas no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, do qual este parecer é integrante, bem como no relatório de avaliação atuarial em poder do órgão gestor do RPPS.

As alíquotas praticadas pelo município na data desta avaliação são:

a) 14,56% do município, incidente sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos;

b) 14,00% dos servidores ativos; e

c) 14,00% dos servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede o teto do RGPS.

O custo dos benefícios assegurados pelo RPPS é de 28,56%, para o custo normal.

O déficit atuarial será equacionado através dos aportes apresentados adiante, tendo sido elaborado em conformidade com as disposições da Portaria MTP nº 1.467/2022, em

especial as disposições que determinam os valores mínimos a serem pagos para amortização dos juros do déficit atuarial.

Os aportes resultantes desse cenário estão apresentados a seguir.

PERFIL DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL – CENÁRIO COM USO DO LDA	
Juros	4,91%
Prazo	36 anos
Déficit	624.178.835,55
Limite de Déficit Atuarial (LDA)	(132.227.342,11)
Déficit a amortizar	491.951.493,44

n	Ano	Aporte (R$)	Saldo Inicial	Pagamento	Juros	Saldo Final
1	2024	8.133.837,27	491.951.493,44	8.133.837,27	24.154.818,33	507.972.474,50
2	2025	8.330.882,34	507.972.474,50	8.330.882,34	24.941.448,50	524.583.040,66
3	2026	17.178.973,63	524.583.040,66	17.178.973,63	25.757.027,30	533.161.094,33
4	2027	26.203.193,66	533.161.094,33	26.203.193,66	26.178.209,73	533.136.110,40
5	2028	29.634.722,72	533.136.110,40	29.634.722,72	26.176.983,02	529.678.370,70
6	2029	29.931.069,95	529.678.370,70	29.931.069,95	26.007.208,00	525.754.508,75
7	2030	30.230.380,65	525.754.508,75	30.230.380,65	25.814.546,38	521.338.674,48
8	2031	30.532.684,45	521.338.674,48	30.532.684,45	25.597.728,92	516.403.718,95
9	2032	30.838.011,30	516.403.718,95	30.838.011,30	25.355.422,60	510.921.130,25
10	2033	31.146.391,41	510.921.130,25	31.146.391,41	25.086.227,50	504.860.966,34
11	2034	31.457.855,32	504.860.966,34	31.457.855,32	24.788.673,45	498.191.784,47
12	2035	31.772.433,88	498.191.784,47	31.772.433,88	24.461.216,62	490.880.567,21
13	2036	32.090.158,22	490.880.567,21	32.090.158,22	24.102.235,85	482.892.644,84
14	2037	32.411.059,80	482.892.644,84	32.411.059,80	23.710.028,86	474.191.613,90
15	2038	32.735.170,40	474.191.613,90	32.735.170,40	23.282.808,24	464.739.251,74
16	2039	33.062.522,10	464.739.251,74	33.062.522,10	22.818.697,26	454.495.426,90
17	2040	33.393.147,32	454.495.426,90	33.393.147,32	22.315.725,46	443.418.005,04
18	2041	33.727.078,80	443.418.005,04	33.727.078,80	21.771.824,05	431.462.750,29
19	2042	34.064.349,58	431.462.750,29	34.064.349,58	21.184.821,04	418.583.221,75
20	2043	34.404.993,08	418.583.221,75	34.404.993,08	20.552.436,19	404.730.664,86
21	2044	34.749.043,01	404.730.664,86	34.749.043,01	19.872.275,64	389.853.897,49
22	2045	35.096.533,44	389.853.897,49	35.096.533,44	19.141.826,37	373.899.190,42
23	2046	35.447.498,77	373.899.190,42	35.447.498,77	18.358.450,25	356.810.141,90
24	2047	35.801.973,76	356.810.141,90	35.801.973,76	17.519.377,97	338.527.546,11
25	2048	36.159.993,50	338.527.546,11	36.159.993,50	16.621.702,51	318.989.255,12
26	2049	36.521.593,43	318.989.255,12	36.521.593,43	15.662.372,43	298.130.034,12
27	2050	36.886.809,37	298.130.034,12	36.886.809,37	14.638.184,68	275.881.409,43
28	2051	37.255.677,46	275.881.409,43	37.255.677,46	13.545.777,20	252.171.509,17
29	2052	37.628.234,24	252.171.509,17	37.628.234,24	12.381.621,10	226.924.896,03
30	2053	38.004.516,58	226.924.896,03	38.004.516,58	11.142.012,40	200.062.391,85
31	2054	38.384.561,75	200.062.391,85	38.384.561,75	9.823.063,44	171.500.893,54
32	2055	38.768.407,36	171.500.893,54	38.768.407,36	8.420.693,87	141.153.180,05
33	2056	39.156.091,44	141.153.180,05	39.156.091,44	6.930.621,14	108.927.709,75

n	Ano	Aporte (R$)	Saldo Inicial	Pagamento	Juros	Saldo Final
34	2057	39.547.652,35	108.927.709,75	39.547.652,35	5.348.350,55	74.728.407,95
35	2058	39.943.128,87	74.728.407,95	39.943.128,87	3.669.164,83	38.454.443,91
36	2059	40.342.560,16	38.454.443,91	40.342.560,16	1.888.113,20	(3,05)

O plano de custeio proposto para 2024 prevê contribuições ordinárias do município (14,56%), do servidor ativo (14%), inativos e pensionistas (14%), sendo estas últimas incidentes sobre a parcela dos benefícios que exceder o teto do RGPS, conforme previsto na legislação federal aplicável aos RPPS. Além das contribuições ordinárias, o ente será responsável pelo pagamento dos aportes previstos no plano de amortização.

Ressaltamos que as alíquotas aqui sugeridas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo período de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeira, econômica e atuarialmente o regime. Assim, a manutenção do equilíbrio de um fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo e sua justa fundação.

Neste ponto a Constituição Federal determinou, com a modificação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20/98, o alcance e a manutenção do equilíbrio atuarial de todos os regimes previdenciários de entes públicos, sendo ratificada pela regulamentação dos regimes de previdência dos servidores públicos, consoante a Lei n.º 9.717/98.

Este é o nosso parecer.

Brasília - DF, 19 de novembro de 2024.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
Atuário - MIBA nº 1.162

ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA:25945068349
Digitally signed by ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA:25945068349
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=34015067000111, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA:25945068349
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024.11.19 16:03:20 -03'00'
Foxit PDF Editor Version: 13.0.1

ANEXO I

PROJEÇÕES ATUARIAIS

RPPS - FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO ATUAL – GERAÇÕES ATUAL E FUTURA

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	43.306.651,46	39.394.642,87	2.574.531,80	(1.337.476,78)	178.110.031,48
2025	44.559.176,32	40.108.524,75	2.624.524,18	(1.826.127,39)	185.029.106,63
2026	46.836.076,90	40.992.752,98	2.992.654,38	(2.850.669,54)	191.263.366,22
2027	48.665.159,68	41.732.413,89	3.128.414,95	(3.804.330,84)	196.850.066,67
2028	52.729.342,24	42.217.992,78	3.646.161,70	(6.865.187,75)	199.650.217,19
2029	55.871.118,26	43.045.703,21	4.035.378,86	(8.790.036,20)	200.663.006,66
2030	58.683.942,69	43.804.986,64	4.188.725,40	(10.690.230,65)	199.825.329,63
2031	60.674.939,71	44.571.732,88	4.507.993,21	(11.595.213,62)	198.041.539,70
2032	62.738.311,29	45.469.945,64	4.715.877,53	(12.552.488,12)	195.212.891,18
2033	65.077.288,63	46.207.061,85	4.808.248,06	(14.061.978,72)	190.735.865,42
2034	68.092.119,67	45.074.265,76	5.050.355,31	(17.967.498,61)	182.133.497,80
2035	69.848.551,41	39.866.487,96	5.186.809,68	(24.795.253,77)	166.280.998,77
2036	73.397.673,11	40.139.864,68	5.289.337,40	(27.968.471,04)	146.476.924,78
2037	75.221.567,12	32.607.912,51	5.350.075,85	(37.263.578,76)	116.405.363,02
2038	76.641.778,72	31.085.538,34	5.410.155,32	(40.146.085,06)	81.974.781,28
2039	78.939.832,58	31.032.781,74	5.515.971,01	(42.391.079,83)	43.608.663,21
2040	80.394.082,33	31.129.353,19	5.517.831,97	(43.746.897,17)	2.002.951,40
2041	84.653.220,83	30.782.585,03	5.533.326,21	(48.337.309,59)	(46.236.013,27)
2042	86.319.359,65	30.851.097,38	5.536.244,30	(49.932.017,97)	(49.932.017,97)
2043	87.950.152,87	30.894.027,50	5.497.605,42	(51.558.519,96)	(51.558.519,96)
2044	92.084.287,55	30.635.512,03	5.433.141,87	(56.015.633,64)	(56.015.633,64)
2045	93.371.409,94	30.654.340,65	5.334.212,62	(57.382.856,67)	(57.382.856,67)
2046	94.533.399,38	30.685.597,19	5.242.834,96	(58.604.967,23)	(58.604.967,23)
2047	94.712.789,00	30.810.447,05	5.132.873,48	(58.769.468,46)	(58.769.468,46)
2048	94.011.166,31	31.068.375,34	4.983.405,74	(57.959.385,23)	(57.959.385,23)
2049	93.582.994,36	31.278.599,86	4.834.915,98	(57.469.478,53)	(57.469.478,53)
2050	92.250.315,46	31.586.557,46	4.669.673,97	(55.994.084,03)	(55.994.084,03)
2051	90.445.181,70	31.888.096,86	4.480.512,70	(54.076.572,14)	(54.076.572,14)
2052	88.709.401,98	32.189.040,60	4.291.141,23	(52.229.220,15)	(52.229.220,15)
2053	86.788.039,43	32.475.269,86	4.090.382,24	(50.222.387,33)	(50.222.387,33)
2054	84.428.584,34	32.758.835,65	3.882.032,99	(47.787.715,70)	(47.787.715,70)
2055	82.092.872,26	33.064.250,95	3.671.246,07	(45.357.375,23)	(45.357.375,23)
2056	79.377.162,61	33.342.910,32	3.460.031,54	(42.574.220,75)	(42.574.220,75)
2057	76.707.600,16	33.646.933,11	3.249.248,14	(39.811.418,91)	(39.811.418,91)
2058	78.179.007,39	33.934.695,10	3.039.573,93	(41.204.738,37)	(41.204.738,37)
2059	77.209.189,33	33.840.895,80	2.832.623,40	(40.535.670,13)	(40.535.670,13)
2060	77.371.834,44	33.946.944,02	2.629.933,03	(40.794.957,39)	(40.794.957,39)
2061	76.753.824,79	33.938.744,61	2.430.253,50	(40.384.826,68)	(40.384.826,68)
2062	78.843.063,66	33.993.097,50	2.235.114,03	(42.614.852,13)	(42.614.852,13)
2063	80.161.311,94	33.807.555,37	2.045.777,79	(44.307.978,79)	(44.307.978,79)
2064	81.453.210,17	33.680.289,98	1.863.833,72	(45.909.086,48)	(45.909.086,48)
2065	81.820.584,23	33.551.135,60	1.689.510,69	(46.579.937,94)	(46.579.937,94)
2066	82.993.133,39	33.501.264,93	1.523.113,76	(47.968.754,70)	(47.968.754,70)
2067	84.036.647,55	33.384.107,98	1.365.991,55	(49.286.548,02)	(49.286.548,02)
2068	85.480.213,19	33.283.589,65	1.217.747,59	(50.978.875,96)	(50.978.875,96)
2069	86.193.656,20	33.149.317,41	1.079.050,20	(51.965.288,59)	(51.965.288,59)
2070	87.647.588,25	33.084.247,88	950.083,50	(53.613.256,87)	(53.613.256,87)
2071	88.279.431,66	32.959.996,55	830.980,65	(54.488.454,45)	(54.488.454,45)
2072	89.190.718,73	32.915.409,97	721.719,51	(55.553.589,25)	(55.553.589,25)
2073	90.302.802,93	32.854.593,66	622.346,91	(56.825.862,37)	(56.825.862,37)

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	91.580.650,96	32.781.816,16	532.582,21	(58.266.252,60)	(58.266.252,60)
2075	93.507.272,99	32.703.119,45	452.094,57	(60.352.058,97)	(60.352.058,97)
2076	94.738.536,10	32.571.602,08	380.638,83	(61.786.295,19)	(61.786.295,19)
2077	96.140.584,16	32.509.522,40	317.636,73	(63.313.425,03)	(63.313.425,03)
2078	98.555.482,51	32.440.055,26	262.613,90	(65.852.813,35)	(65.852.813,35)
2079	100.201.399,02	32.286.024,37	215.078,92	(67.700.295,73)	(67.700.295,73)
2080	101.576.855,23	32.209.542,84	174.374,88	(69.192.937,50)	(69.192.937,50)
2081	102.564.614,94	32.160.527,60	139.894,71	(70.264.192,63)	(70.264.192,63)
2082	103.701.865,75	32.150.240,33	111.023,75	(71.440.601,67)	(71.440.601,67)
2083	104.430.387,38	32.132.582,50	87.090,75	(72.210.714,13)	(72.210.714,13)
2084	104.802.642,54	32.150.083,92	67.495,30	(72.585.063,33)	(72.585.063,33)
2085	104.644.170,34	32.199.995,89	51.646,67	(72.392.527,77)	(72.392.527,77)
2086	104.400.468,83	32.295.329,46	39.001,58	(72.066.137,80)	(72.066.137,80)
2087	104.043.113,66	32.394.852,63	29.071,55	(71.619.189,49)	(71.619.189,49)
2088	103.178.638,19	32.500.945,61	21.404,30	(70.656.288,28)	(70.656.288,28)
2089	102.203.066,57	32.646.083,27	15.580,48	(69.541.402,82)	(69.541.402,82)
2090	100.868.145,83	32.793.336,42	11.221,57	(68.063.587,83)	(68.063.587,83)
2091	99.518.735,34	32.964.808,73	8.008,85	(66.545.917,75)	(66.545.917,75)
2092	97.850.812,90	33.127.759,39	5.673,22	(64.717.380,30)	(64.717.380,30)
2093	98.470.772,31	33.307.873,36	3.986,36	(65.158.912,58)	(65.158.912,58)
2094	97.431.379,76	33.272.033,58	2.781,23	(64.156.564,95)	(64.156.564,95)
2095	97.007.912,22	33.372.348,90	1.931,51	(63.633.631,81)	(63.633.631,81)
2096	95.916.571,40	33.405.737,58	1.336,47	(62.509.497,35)	(62.509.497,35)
2097	97.386.278,01	33.486.540,24	923,52	(63.898.814,25)	(63.898.814,25)
2098	97.575.250,28	33.332.749,59	637,78	(64.241.862,91)	(64.241.862,91)

ANEXO II

PROJEÇÕES ATUARIAIS

RPPS - FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS – PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2024	43.306.651,46	47.528.480,15	2.574.531,80	6.796.360,49	186.243.868,75
2025	44.559.176,32	48.439.407,09	2.624.524,18	6.504.754,95	201.893.197,66
2026	46.836.076,90	58.171.726,61	2.992.654,38	14.328.304,09	226.134.457,75
2027	48.665.159,68	67.935.607,55	3.128.414,95	22.398.862,82	259.636.522,45
2028	52.729.342,24	71.852.715,50	3.646.161,70	22.769.534,97	295.154.210,67
2029	55.871.118,26	72.976.773,15	4.035.378,86	21.141.033,75	330.787.316,16
2030	58.683.942,69	74.035.367,29	4.188.725,40	19.540.150,00	366.569.123,38
2031	60.674.939,71	75.104.417,33	4.507.993,21	18.937.470,83	403.505.138,17
2032	62.738.311,29	76.307.956,94	4.715.877,53	18.285.523,18	441.602.763,64
2033	65.077.288,63	77.353.453,26	4.808.248,06	17.084.412,69	480.369.872,03
2034	68.092.119,67	76.532.121,08	5.050.355,31	13.490.356,72	517.446.389,46
2035	69.848.551,41	71.638.921,84	5.186.809,68	6.977.180,11	549.830.187,29
2036	73.397.673,11	72.230.022,90	5.289.337,40	4.121.687,18	580.948.536,66
2037	75.221.567,12	65.018.972,31	5.350.075,85	(4.852.518,96)	604.620.590,85
2038	76.641.778,72	63.820.708,74	5.410.155,32	(7.410.914,67)	626.896.547,20
2039	78.939.832,58	64.095.303,84	5.515.971,01	(9.328.557,73)	648.348.609,93
2040	80.394.082,33	64.522.500,51	5.517.831,97	(10.353.749,85)	669.828.776,83
2041	84.653.220,83	64.509.663,82	5.533.326,21	(14.610.230,80)	688.107.138,97
2042	86.319.359,65	64.915.446,97	5.536.244,30	(15.867.668,39)	706.025.531,11
2043	87.950.152,87	65.299.020,57	5.497.605,42	(17.153.526,88)	723.537.857,81
2044	92.084.287,55	65.384.555,04	5.433.141,87	(21.266.590,63)	737.796.975,99
2045	93.371.409,94	65.750.874,09	5.334.212,62	(22.286.323,23)	751.736.484,28
2046	94.533.399,38	66.133.095,96	5.242.834,96	(23.157.468,45)	765.489.277,21
2047	94.712.789,00	66.612.420,81	5.132.873,48	(22.967.494,70)	780.107.306,02
2048	94.011.166,31	67.228.368,84	4.983.405,74	(21.799.391,73)	796.611.183,01
2049	93.582.994,36	67.800.193,29	4.834.915,98	(20.947.885,09)	814.776.907,00
2050	92.250.315,46	68.473.366,83	4.669.673,97	(19.107.274,66)	835.675.178,48
2051	90.445.181,70	69.143.774,32	4.480.512,70	(16.820.894,68)	859.885.935,06
2052	88.709.401,98	69.817.274,84	4.291.141,23	(14.600.985,91)	887.505.348,56
2053	86.788.039,43	70.479.786,44	4.090.382,24	(12.217.870,75)	918.863.990,42
2054	84.428.584,34	71.143.397,40	3.882.032,99	(9.403.153,95)	954.577.058,40
2055	82.092.872,26	71.832.658,32	3.671.246,07	(6.588.967,87)	994.857.824,10
2056	79.377.162,61	72.499.001,76	3.460.031,54	(3.418.129,31)	1.040.287.213,95
2057	76.707.600,16	73.194.585,47	3.249.248,14	(263.766,56)	1.091.101.549,59
2058	78.179.007,39	73.877.823,97	3.039.573,93	(1.261.609,49)	1.143.413.026,18
2059	77.209.189,33	74.183.455,97	2.832.623,40	(193.109,96)	1.199.361.495,81
2060	77.371.834,44	33.946.944,02	2.629.933,03	(40.794.957,39)	1.217.455.187,86
2061	76.753.824,79	33.938.744,61	2.430.253,50	(40.384.826,68)	1.236.847.410,90
2062	78.843.063,66	33.993.097,50	2.235.114,03	(42.614.852,13)	1.254.961.766,65
2063	80.161.311,94	33.807.555,37	2.045.777,79	(44.307.978,79)	1.272.272.410,60
2064	81.453.210,17	33.680.289,98	1.863.833,72	(45.909.086,48)	1.288.831.899,49
2065	81.820.584,23	33.551.135,60	1.689.510,69	(46.579.937,94)	1.305.533.607,81
2066	82.993.133,39	33.501.264,93	1.523.113,76	(47.968.754,70)	1.321.666.553,26
2067	84.036.647,55	33.384.107,98	1.365.991,55	(49.286.548,02)	1.337.273.833,00
2068	85.480.213,19	33.283.589,65	1.217.747,59	(50.978.875,96)	1.351.955.102,24
2069	86.193.656,20	33.149.317,41	1.079.050,20	(51.965.288,59)	1.366.370.809,17
2070	87.647.588,25	33.084.247,88	950.083,50	(53.613.256,87)	1.379.846.359,03
2071	88.279.431,66	32.959.996,55	830.980,65	(54.488.454,45)	1.393.108.360,81
2072	89.190.718,73	32.915.409,97	721.719,51	(55.553.589,25)	1.405.956.392,07
2073	90.302.802,93	32.854.593,66	622.346,91	(56.825.862,37)	1.418.162.988,55

Ano	Despesas Previdenciais (R$)	Receitas de Contribuições (R$)	Compensação Previdenciária (R$)	Resultado no Ano (R$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R$)
2074	91.580.650,96	32.781.816,16	532.582,21	(58.266.252,60)	1.429.528.538,69
2075	93.507.272,99	32.703.119,45	452.094,57	(60.352.058,97)	1.439.366.330,97
2076	94.738.536,10	32.571.602,08	380.638,83	(61.786.295,19)	1.448.252.922,63
2077	96.140.584,16	32.509.522,40	317.636,73	(63.313.425,03)	1.456.048.716,11
2078	98.555.482,51	32.440.055,26	262.613,90	(65.852.813,35)	1.461.687.894,72
2079	100.201.399,02	32.286.024,37	215.078,92	(67.700.295,73)	1.465.756.474,62
2080	101.576.855,23	32.209.542,84	174.374,88	(69.192.937,50)	1.468.532.180,03
2081	102.564.614,94	32.160.527,60	139.894,71	(70.264.192,63)	1.470.372.917,44
2082	103.701.865,75	32.150.240,33	111.023,75	(71.440.601,67)	1.471.127.626,02
2083	104.430.387,38	32.132.582,50	87.090,75	(72.210.714,13)	1.471.149.278,32
2084	104.802.642,54	32.150.083,92	67.495,30	(72.585.063,33)	1.470.797.644,56
2085	104.644.170,34	32.199.995,89	51.646,67	(72.392.527,77)	1.470.621.281,14
2086	104.400.468,83	32.295.329,46	39.001,58	(72.066.137,80)	1.470.762.648,25
2087	104.043.113,66	32.394.852,63	29.071,55	(71.619.189,49)	1.471.357.904,79
2088	103.178.638,19	32.500.945,61	21.404,30	(70.656.288,28)	1.472.945.289,63
2089	102.203.066,57	32.646.083,27	15.580,48	(69.541.402,82)	1.475.725.500,53
2090	100.868.145,83	32.793.336,42	11.221,57	(68.063.587,83)	1.480.120.034,77
2091	99.518.735,34	32.964.808,73	8.008,85	(66.545.917,75)	1.486.248.010,73
2092	97.850.812,90	33.127.759,39	5.673,22	(64.717.380,30)	1.494.505.407,76
2093	98.470.772,31	33.307.873,36	3.986,36	(65.158.912,58)	1.502.726.710,69
2094	97.431.379,76	33.272.033,58	2.781,23	(64.156.564,95)	1.512.354.027,23
2095	97.007.912,22	33.372.348,90	1.931,51	(63.633.631,81)	1.522.976.978,16
2096	95.916.571,40	33.405.737,58	1.336,47	(62.509.497,35)	1.535.245.650,44
2097	97.386.278,01	33.486.540,24	923,52	(63.898.814,25)	1.546.727.397,63
2098	97.575.250,28	33.332.749,59	637,78	(64.241.862,91)	1.558.429.849,94

ANEXO III

RPPS - DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS EM CONFORMIDADE COM A LRF





PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI-TO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 A 2098
PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANDEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2023	-	-	-	171.049.002,25
2024	58.501.517,96	43.306.651,46	15.194.866,50	186.243.868,75
2025	60.208.505,23	44.559.176,32	15.649.328,91	201.893.197,66
2026	71.077.336,99	46.836.076,90	24.241.260,09	226.134.457,75
2027	82.167.224,38	48.665.159,68	33.502.064,70	259.636.522,45
2028	88.247.030,46	52.729.342,24	35.517.688,22	295.154.210,67
2029	91.504.223,75	55.871.118,26	35.633.105,49	330.787.316,16
2030	94.465.749,91	58.683.942,69	35.781.807,22	366.569.123,38
2031	97.610.954,50	60.674.939,71	36.936.014,79	403.505.138,17
2032	100.835.936,75	62.738.311,29	38.097.625,47	441.602.763,64
2033	103.844.397,01	65.077.288,63	38.767.108,39	480.369.872,03
2034	105.168.637,11	68.092.119,67	37.076.517,43	517.446.389,46
2035	102.232.349,24	69.848.551,41	32.383.797,83	549.830.187,29
2036	104.516.022,49	73.397.673,11	31.118.349,38	580.948.536,66
2037	98.893.621,31	75.221.567,12	23.672.054,19	604.620.590,85
2038	98.917.735,06	76.641.778,72	22.275.956,34	626.896.547,20
2039	100.391.895,32	78.939.832,58	21.452.062,74	648.348.609,93
2040	101.874.249,22	80.394.082,33	21.480.166,90	669.828.776,83
2041	102.931.582,97	84.653.220,83	18.278.362,15	688.107.138,97
2042	104.237.751,79	86.319.359,65	17.918.392,13	706.025.531,11
2043	105.462.479,57	87.950.152,87	17.512.326,70	723.537.857,81
2044	106.343.405,73	92.084.287,55	14.259.118,19	737.796.975,99
2045	107.310.918,23	93.371.409,94	13.939.508,29	751.736.484,28
2046	108.286.192,30	94.533.399,38	13.752.792,93	765.489.277,21
2047	109.330.817,80	94.712.789,00	14.618.028,81	780.107.306,02
2048	110.515.043,30	94.011.166,31	16.503.876,99	796.611.183,01
2049	111.748.718,36	93.582.994,36	18.165.723,99	814.776.907,00
2050	113.148.586,94	92.250.315,46	20.898.271,48	835.675.178,48
2051	114.655.938,29	90.445.181,70	24.210.756,58	859.885.935,06
2052	116.328.815,48	88.709.401,98	27.619.413,50	887.505.348,56
2053	118.146.681,29	86.788.039,43	31.358.641,86	918.863.990,42
2054	120.141.652,31	84.428.584,34	35.713.067,98	954.577.058,40
2055	122.373.637,96	82.092.872,26	40.280.765,70	994.857.824,10
2056	124.806.552,46	79.377.162,61	45.429.389,85	1.040.287.213,95
2057	127.521.935,81	76.707.600,16	50.814.335,64	1.091.101.549,59
2058	130.490.483,98	78.179.007,39	52.311.476,59	1.143.413.026,18
2059	133.157.658,96	77.209.189,33	55.948.469,62	1.199.361.495,81
2060	95.465.526,49	77.371.834,44	18.093.692,05	1.217.455.187,86
2061	96.146.047,83	76.753.824,79	19.392.223,04	1.236.847.410,90
2062	96.957.419,41	78.843.063,66	18.114.355,75	1.254.961.766,65
2063	97.471.955,90	80.161.311,94	17.310.643,96	1.272.272.410,60
2064	98.012.699,06	81.453.210,17	16.559.488,88	1.288.831.899,49
2065	98.522.292,55	81.820.584,23	16.701.708,32	1.305.533.607,81
2066	99.126.078,84	82.993.133,39	16.132.945,45	1.321.666.553,26
2067	99.643.927,30	84.036.647,55	15.607.279,75	1.337.273.833,00
2068	100.161.482,43	85.480.213,19	14.681.269,24	1.351.955.102,24
2069	100.609.363,12	86.193.656,20	14.415.706,93	1.366.370.809,17
2070	101.123.138,11	87.647.588,25	13.475.549,86	1.379.846.359,03

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI-TO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - GERAÇÕES ATUAL E FUTURA
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 A 2098
PLANO DE CUSTEIO DE EQUILÍBRIO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANDEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	101.541.433,43	88.279.431,66	13.262.001,78	1.393.108.360,81
2072	102.038.750,00	89.190.718,73	12.848.031,26	1.405.956.392,07
2073	102.509.399,41	90.302.802,93	12.206.596,48	1.418.162.988,55
2074	102.946.201,11	91.580.650,96	11.365.550,14	1.429.528.538,69
2075	103.345.065,27	93.507.272,99	9.837.792,28	1.439.366.330,97
2076	103.625.127,76	94.738.536,10	8.886.591,66	1.448.252.922,63
2077	103.936.377,63	96.140.584,16	7.795.793,47	1.456.048.716,11
2078	104.194.661,12	98.555.482,51	5.639.178,61	1.461.687.894,72
2079	104.269.978,92	100.201.399,02	4.068.579,90	1.465.756.474,62
2080	104.352.560,63	101.576.855,23	2.775.705,41	1.468.532.180,03
2081	104.405.352,35	102.564.614,94	1.840.737,41	1.470.372.917,44
2082	104.456.574,32	103.701.865,75	754.708,58	1.471.127.626,02
2083	104.452.039,68	104.430.387,38	21.652,31	1.471.149.278,32
2084	104.451.008,78	104.802.642,54	(351.633,76)	1.470.797.644,56
2085	104.467.806,91	104.644.170,34	(176.363,42)	1.470.621.281,14
2086	104.541.835,94	104.400.468,83	141.367,11	1.470.762.648,25
2087	104.638.370,20	104.043.113,66	595.256,54	1.471.357.904,79
2088	104.766.023,04	103.178.638,19	1.587.384,85	1.472.945.289,63
2089	104.983.277,47	102.203.066,57	2.780.210,90	1.475.725.500,53
2090	105.262.680,07	100.868.145,83	4.394.534,24	1.480.120.034,77
2091	105.646.711,30	99.518.735,34	6.127.975,96	1.486.248.010,73
2092	106.108.209,93	97.850.812,90	8.257.397,03	1.494.505.407,76
2093	106.692.075,24	98.470.772,31	8.221.302,94	1.502.726.710,69
2094	107.058.696,30	97.431.379,76	9.627.316,54	1.512.354.027,23
2095	107.630.863,15	97.007.912,22	10.622.950,93	1.522.976.978,16
2096	108.185.243,67	95.916.571,40	12.268.672,28	1.535.245.650,44
2097	108.868.025,20	97.386.278,01	11.481.747,18	1.546.727.397,63
2098	109.277.702,60	97.575.250,28	11.702.452,31	1.558.429.849,94

Notas:
(1) Projeção atuarial elaborada em 31/12/2023.
(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE-2022; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: 1,00% a.a.; d) crescimento real de benefícios: 1% a.a.; e) taxa real de juros: 4,91% a.a.; f) hipótese sobre geração futura: 1:1; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes; i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,9842; j) inflação anual estimada no longo prazo: 3,55%; k) taxa de rotatividade: 0% a.a..
(3) Massa salarial mensal: R$ 8.725.140,01.

ANEXO IV

RPPS - CONTABILIZAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS – GERAÇÃO ATUAL – METODOLOGIA UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL (MÉTODO DE FINANCIAMENTO PUC)

CÓDIGO	CONTA	VALOR EM R$
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	831.010.405,45
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	428.121.008,90
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do Plano Previd. do RPPS	463.826.264,61
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	6.629.407,00
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	1.246.272,83
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	27.829.575,88
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	402.889.396,55
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder do Plano Prev. do RPPS	789.412.478,30
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	172.698.951,51
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	166.056.676,46
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	47.767.453,78
1.1.3.6.2.05.00	Valor Presente das Contribuições Suplementares/extraordinárias (curto prazo)	4.520.035,95
1.2.1.1.2.08.02	Valor Presente das Contribuições Suplementares/extraordinárias (longo prazo)	234.526.847,93

Nota

O art. 26, § 3°, da Portaria 1.467/2022 estabelece que para a contabilização das provisões matemáticas deverá ser adotado método de financiamento (atuarial) alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público, e no caso de utilização de outro método para a avaliação atuarial, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas. A 9a edição do MCASP, aplicável a partir de 2022, estabelece, na Parte III, Capítulo 4, normas para a contabilização dos RPPS, determinando que o método de financiamento a ser usado para a contabilização das provisões matemáticas é o Crédito Unitário Projetado (PUC). O método de financiamento utilizado na avaliação atuarial, para cálculo da situação atuarial e do plano de custeio, foi o Método Agregado.